



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 411 - DE 07 a 22 DE MAIO DE 2011 - R\$ 3,00

Imperialismo assassina Osama bin Laden



O marxismo não tem em seus métodos de ação o terrorismo individual, mas sabe diferenciar perfeitamente a violência do opressor e do oprimido; a dominação imperialista dos povos e a reação do nacionalismo burguês e pequeno burguês. O imperialismo – perfeitamente o sabemos – não será derrotado pelos métodos da Al-Qaeda. Não há dúvida de que o terrorismo expressa a decomposição do capitalismo e a ferocidade de sua forma imperialista. O assassinato do Sr. Osama bin Laden é a mostra mais cristalina da barbárie burguesa. Expõe sem as máscaras da democracia e da liberdade capitalistas o perigo que corre a humanidade sob a guarda dos Estados Unidos.

Como responder à alta inflacionária

Disputa interburguesa

A meta inflacionária de 4,5% fixada pelo governo se movimentou para acima de 6% e já se prevê que poderá ultrapassar o teto da meta de 6,5%, chegando à casa dos 7%. O aumento generalizado dos preços desatou uma corrida entre os capitalistas para protegerem os capitais. O que abriu os primeiros conflitos entre grupos e frações burguesas fora e dentro do Estado.

As forças do capital atuam sobre o governo para influenciar a política econômica e ditar medidas consideradas antiinflacionárias. Uma das mudanças sob o governo de Dilma tem sido a retomada da alta da Selic, taxa de juros oficial determinada pelo Banco Central (BC). A fração industrial pugna para abaixá-la ao máximo, de forma a reduzir o custo dos financiamentos. Os bancos, por sua vez, exigem elevá-la sob a alegação de que a inflação traz mais riscos e corrói o valor da moeda.

A última reunião do Comitê de Política Monetária, órgão do BC, fez a segunda elevação da taxa Selic seguindo a orientação do novo governo. Aumentou em mais 0,25%, passando para 12% ao ano. Os banqueiros esperavam 0,5%. Os seus porta-vozes reclamaram que assim Dilma não controlará a inflação. E os industriais? Não gostaram, mas sentiram que o governo não tinha como não ceder um pouco. O problema está em que a continuidade do aumento dos preços forçará novas elevações da taxa de juros.

Duas tendências se manifestam na situação: a que considera necessário desativar o consumo e o crescimento; e a que entende ser possível mantê-los reduzindo seu ritmo. O governo alerta para o perigo de uma queda brusca na economia, sem que se justifique. O perigo diz respeito à quebra de setores da indústria e comércio; do retorno das demissões em massa e da inadimplência entre a população endividada. Os opositores sustentam a tese de que com a inflação descontrolada será ainda pior.

Os ministros de Dilma se esforçam para convencer a burguesia de que o governo tem consciência do problema, sabe onde está a fonte inflacionária e não está parado. Acreditam que as altas internas se devem às externas e ao excesso de liquidez do capital internacional, agravada com a crise nos países avançados, particularmente nos Estados Unidos.

Está em moda o conceito de medidas macroprudenciais. E essas o governo já vem adotando, como taxação sobre o capital externo especulativo, contenção de gastos da União na ordem de R\$ 50 bilhões, elevação gradual das taxas de juro, volta do recolhimento do compulsório que foi liberado durante a crise de 2008 e reajuste do salário mínimo seguindo o acordo de Lula com as Centrais, que resultou em um índice abaixo da inflação.

Tudo indica que o conflito interburguês está apenas começando. A festa de 1º de Maio da direita sindical que reuniu a Força Sindical, UGT, CGTB e CTB, serviu de palco para Aécio Neves (PSDB) anunciar sua oposição ao que chamou de omissão diante da inflação. Certamente, o cacique mineiro não expôs o programa do PSDB e do DEM. Mas aproveitou para fazer a politicagem oposicionista de que os trabalhadores são “as primeiras vítimas”.

Posição dos sindicatos

O 1º de Maio retratou o maior obstáculo à luta dos assalariados contra a expropriação inflacionária dos seus ganhos. A burocracia de tintura reformista da CUT arregimentou milhares de explorados para apoiar o governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB que começou sua ad-

ministração impondo cortes de verbas, anunciando ataques trabalhistas, arrochando o salário mínimo e assumindo posições internacionais pró-imperialistas. A Força Sindical, dirigida pelo PDT, aglutinou outros aparatos burocráticos que controlam inúmeros sindicatos, inclusive a CTB do PCdoB, para armar uma tribuna ao PSDB. A Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas) e Intersindical reproduziram o ato ultraminoritário, que reuniu as esquerdas e alguns movimentos populares, de moradia, de bairros, carecendo da presença operária.

As centrais e os sindicatos estão amarrados em sua grande maioria às facções da burocracia ligadas aos partidos burgueses – o PT é um deles. Não é nenhuma novidade. Sabemos disso. Desgraçadamente, tem sido assim! É nosso dever, no entanto, denunciar constantemente os obstáculos políticos e organizativos que desviam a classe operária e os demais oprimidos para as disputas interburguesas e os privam de um programa de reivindicações, segundo suas necessidades e as tarefas históricas.

As burocracias sindicais da CUT e da Força usam as organizações sindicais para atuar no seio da política burguesa. Tornaram-se apêndices do grande capital nacional e multinacional. A CSP-Conlutas e Intersindical estão sob a política pequeno-burguesa do PSTU centrista e do PSOL socialdemocrata reformista. O que quer dizer que não dirigem os sindicatos com o programa revolucionário e a política estratégica do proletariado. Cindiram a CUT em função do controle de um pequeno aparato sindical e permanecem divididos pelas mesmas razões. Não foram capazes de atuar sobre a crise de 2008 que resultou em demissões em massa, submeteram-se às manobras governamentais e da burocracia cut-forcista que concluíram no rebaixamento do valor real do salário mínimo. As direções centristas e reformistas se movem sob intensas pressões da crise econômica, da miséria das massas, da contundência que assume a luta de classes e da política da burocracia dominante que serve de correia de transmissão das grandes diretrizes da burguesia.

O fato é que a classe operária está desarmada política e organizativamente para enfrentar a turbulência do capitalismo que se decompõe mundialmente e que arrasta a economia do Brasil. Mas a falência da estabilidade econômica e o esgotamento da tese petista do crescimento sustentável com distribuição de renda empurrarão as massas para a luta. Certamente, não se trata de uma previsão mecânica. As massas poderão assimilar os primeiros retrocessos às condições de emprego e salário alcançadas. Tudo indica que as próximas campanhas salariais estarão de frente com perdas salariais que os capitalistas se negarão a repor, muito menos ainda admitirem aumentos reais.

Há um consenso entre os exploradores e o governo de que é preciso compensar a desvalorização do dólar. A moeda nacional valorizada colocou os salários em desalinho com outros países, sendo necessário rebaixá-los de forma a baratear as mercadorias de exportação. Essa tese é forte entre a burguesia industrial, embora tenha obtido altos lucros nas últimas décadas. Os sindicatos e as respectivas burocracias sentirão aumentar os efeitos dos desequilíbrios econômicos e o descontentamento dos assalariados. É necessário que a vanguarda classista antecipe-se aos acontecimentos. E atue com o programa de defesa da vida das massas e da democracia operária.

Programa operário

A posição dos assalariados diante da inflação jamais tem e terá qualquer compatibilidade com a dos capitalistas. Trata-se de interes-

ses opostos. Os trabalhadores necessitam defender o valor do salário e a burguesia, o lucro.

A reivindicação da classe operária é: implantar a **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. *Sobem os preços, sobem os salários*. Não há outro mecanismo que garanta de fato a proteção integral dos salários.

A burguesia reza de pés juntos para que a inflação não volte a desorganizar a economia e exorta os assalariados a não saírem em luta grevista contra as perdas. Mas a inflação é produto dos desequilíbrios do capitalismo. E é usada contra os salários. Ou se protege o capital, ou se protege o salário.

A burocracia sindical rechaça a bandeira de **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Os serviços da burguesia se põem na prática de acordo com o argumento dos exploradores de que a defesa do valor real dos salários alimenta a inflação. Em nenhuma hipótese, o reajuste das perdas ou o aumento, via de regra conquistado com greves, constituem fator inflacionário. O que fazem é proteger as massas da superexploração. A **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** não faz senão impedir que o poder de compra real dos salários vá se tornando nominal.

Enquanto houver capitalismo, haverá crises inflacionárias. A burguesia busca sua solução conjuntural com medidas como o Plano Real, que impôs perdas salariais, privatizou as estatais, entregou o patrimônio público aos credores, abriu o mercado para a invasão de mercadorias, aumentou a desnacionalização da economia, etc. A volta das pressões inflacionárias está apenas começando. É o momento de alertar a classe operária para sua inevitabilidade e sair em defesa da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**.

As campanhas salariais de 2011 estarão de frente com as perdas inflacionárias. A defesa da reposição deve ser acompanhada da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Mas se trata de uma reivindicação que não tem como ser conquistada isoladamente por um setor dos

explorados. Deve ser tratada como uma bandeira do programa operário. As centrais sindicais, o conjunto dos sindicatos e os movimentos populares são as organizações que unidas e mobilizadas podem dirigir a reivindicação da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** ao governo Dilma e, portanto, à burguesia.

Não o farão. A burocracia dirigente está comprometida com a política econômica do governo e com a sustentação do capitalismo. Mas essa é a luta a ser travada no seio das organizações operárias – quebrar o poder burguês sobre os sindicatos. É fundamental para isso que a militância classista empunhe o programa operário. Faz parte dele as tarefas políticas: **luta pela independência política dos sindicatos, pela democracia sindical e pela organização de base formando as comissões de fábrica**.

Há uma dura batalha nesse terreno. O divisionismo burocrático é um poderoso obstáculo à unidade organizativa e de luta coletiva da classe operária. Sobre a base do programa operário geral e das bandeiras colocadas pela situação, coloca-se a tarefa de unificar as forças dos explorados e combater o divisionismo. Não resta dúvida de que os marxista-leninista-trotskistas estão na fila de frente pela centralização nacional do proletariado e dos demais oprimidos, superando a proliferação de centrais e constituindo uma **única central operária, classista e revolucionária**.

O programa operário que defende o trabalho com a **ESCALA MÓVEL DE EMPREGO**, o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** e a **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**, e que conduz o proletariado a tomar o poder do Estado por meio da revolução social somente será defendido pelo partido marxista-leninista-trotskista. É lutando no seio das massas com o programa operário que a crise de direção será resolvida, ou seja, construindo na luta de classes o Partido Operário Revolucionário, seção da IV Internacional.

Capitalistas fazem festa com alta lucratividade

Os primeiros resultados dos balanços de grandes empresas não financeiras de 2010 exibem lucros estrondosos. Das 168 pesquisadas pela Economática, todas lucraram. 162 tiveram os lucros aumentados. Em relação ao ano de 2009, o lucro líquido teve um avanço de 34,3%, que em termos absolutos perfaz R\$ 64.953 bilhões. Nesse levantamento, ficaram de fora a gigante Petrobrás e a Vale do Rio Doce. A primeira teve um aumento de 21,4% (R\$ 35,189 bilhões) e a segunda, 193,4% (R\$ 30,070 bilhões). Nota-se que somadas chegam a R\$ 65,259 bilhões, portanto, maior que o lucro das 168 empresas listadas pela Economática.

O presidente desse instituto, Fernando Exel, conclui: “São números impressionantes, mesmo considerando que a base de comparação seja um pouco retraída, já que 2009 foi ano de crise” (O Estado de S.Paulo 5/4)

Para essas empresas que puderam obter financiamento do exterior em dólar, o Real valorizado foi muito favorável, uma vez que reduziu o montante da dívida em Real e, assim, os gastos com juros. Nem todos os capitalistas se sentem tão confortáveis. Há os que reclamam da perda de mercado interno devido à invasão de mercadorias. Querem que o governo os proteja contra o Real sobrevalorizado e a alta da taxa Selic.

A contabilidade como um todo não foi apresentada. Mas se pode afirmar que os exploradores em geral estão felizes.

E os assalariados? Para haver alta lucratividade, foi necessário que se trabalhasse mais por menos. Essa é a lei fundamental de funcionamento do capitalismo, da lucratividade e da acumulação de riqueza pelos burgueses e também da pobreza pelas massas. A Vale do Rio Doce, por exemplo, demitiu em massa assim que a crise se esboçou nos Estados Unidos. Aproveitou-se do fato para rebaixar o salário dos novos contratados e obrigar todos a produzirem mais.

É da exploração do trabalho que sai o lucro e o crescimento do capital, bem como o baixo salário e o crescimento da pobreza das massas. “O capital somente pode aumentar transformando-se por meio da força de trabalho, engendrando o trabalho assalariado. E a força de trabalho do operário assalariado somente pode se transformar por meio do capital aumentando-o, fortalecendo a potência da qual é escrava (...)” (Karl Marx, Reprodução das Classes).

O programa da classe operária responde a essa contradição, defende a vida dos trabalhadores e organiza a luta de classes para pôr fim ao modo de produção capitalista e transformá-lo em modo de produção socialista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Vencer a miséria, propaganda de Dilma

A petista durante a campanha eleitoral bradou aos quatro ventos o slogan “vencer a miséria”. Dizia que o número de pobres havia caído na gestão Lula, de 30,4 milhões para 17 milhões de pessoas. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) usa como cálculo a renda per capita mensal de R\$140. O que equivale dizer de um indivíduo que recebe menos da metade do salário mínimo do governo, que já é de fome. Tomando esse dado, Dilma se arvorou em propagandear que o passo seguinte seria vencer totalmente a miséria.

Depois de 100 dias de governo, Dilma deu um passo atrás no seu discurso demagógico. Disse que “será difícil erradicar a pobreza em 4 anos”. O peso do pagamento anual de juros da dívida consome 150 bilhões de Reais por ano e a tendência é de crescimento desse montante. As dificuldades econômicas advindas da crise mundial, o pagamento aos especuladores e os desequilíbrios na balança comercial, forçaram o governo a cortar 50 bilhões, atingindo áreas essenciais e programas assistencialistas. O ProJovem perdeu R\$ 34,3 milhões; o da Erradicação do Trabalho Infantil ficou restrito a R\$ 250 milhões; do programa “Combate ao abuso e à exploração sexual”, foi retirado R\$ 6,21 milhões; o do Fundo Nacional de Assistência Social, cortou-se 10% em despesas consideradas opcionais e ainda houve restrição de verbas para o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Boa parte dos miseráveis e pobres depende do assistencialismo governamental. Os 40 milhões de indivíduos ou as 12,9 milhões de famílias, que dependem do Bolsa Família, tiveram um reajuste no valor da mensalidade de 19,6%, mas às custas de cortes de recursos aos programas. O reajuste que parece significativo na verdade é vergonhoso.

O discurso de Dilma teve fôlego curto. Nem bem pisou o pé no Planalto, assumiu o compromisso com os capitalistas de reajustar o salário mínimo no menor patamar possível, R\$545. Só aí condenou milhões de assalariados e aposentados à penúria.

O cálculo de medição da pobreza, ditado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), de 2 dólares por dia, cerca de R\$3,40, serve de parâmetro para os petistas do governo alardear a queda da pobreza no Brasil. Dilma sequer pode tomar esses cálculos para continuar a campanha da “vencer a miséria”. Está obrigada a pedir mais tempo para a façanha demagógica.

Quantos vivem abaixo da linha de “extrema pobreza”?

O IBGE divulgou, no dia 3 de maio, estudo apontando que 16,2 milhões de pessoas vivem no Brasil abaixo da linha da “extrema pobreza”. O que corresponde a 8,5% da população brasileira. A linha definida pelo governo inclui as famílias cuja renda *per capita* seja de até R\$ 70. Esse parâmetro será usado para a elaboração das políticas sociais, como o Plano Brasil sem Miséria, que deve ser lançado em breve pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Trata-se de uma notícia apresentada com a assepsia estatística e ainda vinculada aos programas assistencialistas do go-

É possível acabar com a miséria

A maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo. Essa maioria produz a riqueza, que é apropriada por uma minoria, os capitalistas. Estes ganham rios de dinheiro às custas da exploração do trabalho. Nos momentos de crise econômica, procuram se proteger descarregando seus efeitos sobre os assalariados. O governo continua reafirmando que a economia está estabilizada e que as metas de crescimento serão alcançadas. Mas a inflação vem golpeando os salários e os reajustes obtidos na campanha salarial de 2010. Os preços dos alimentos da cesta-básica estão nas alturas. A carne é artigo de luxo. As tarifas de luz e transportes corroem boa parte dos salários. O salário mínimo de R\$545 sequer põe na mesa a comida para 4 pessoas. As demissões continuam, a rotatividade no trabalho é grande e o rebaixamento dos pisos salariais é a arma dos capitalistas para avançar na exploração.

Dizemos que é possível acabar com a fome e a miséria. Para isso, é necessário a defesa do salário mínimo vital, que em nossos cálculos é de R\$3.824. Nenhum trabalhador, nenhum aposentado poderá receber menos que o mínimo necessário para manter sua família. O governo e os capitalistas dirão que o salário mínimo vital é uma utopia, porque quebra o País, os empresários e os latifundiários. De fato, a imposição do salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste e de horas de trabalho são medidas em favor dos explorados. Portanto, atinge os lucros dos patrões e o orçamento de seu Estado. Ness e antagonismo ou estamos com os trabalhadores, ou estamos com os capitalistas. A burocracia sindical que está do lado do capital e faz parte do governo, propõe o salário mínimo de fome e aterroriza uma parcela de operários com a ideia de que se “pedir mais, quebra a empresa e esta demite”. Assim, rebaixa as reivindicações, anula o poder de luta dos explorados e aceita os acordos patronais de fome e miséria.

O Partido Operário Revolucionário diz que é possível acabar com a miséria. Defende o programa da classe operária que parte das reivindicações vitais, salário, emprego, terra aos camponeses, educação e saúde públicas etc., combinando-as com a luta política contra o sistema de exploração do trabalho. Por isso, tem como método a ação direta, materializada nas greves, nas ocupações, nas manifestações de rua e na insurreição das massas.

verno, mas, expressa a brutalidade da burguesia para manter seus privilégios e o sistema de exploração capitalista.

A definição de R\$ 70 como limite para considerar “pobres” ou “extremamente pobres” escancara a mentalidade da burguesia que declara desse modo que os que estão acima disso não merecem a atenção do Estado.

O anúncio acrescenta cinicamente que para fazer este levantamento o IBGE levou em “consideração, além do rendimento, outras condições como a existência de banheiros nas casas, acesso à rede de esgoto e água e também energia elétrica”, ou

seja, aplicou um método muito científico para chegar a esta importante conclusão. Como se fosse possível encontrar famílias com R\$ 70 per capita morando nas mansões do Morumbi! Como se fosse preciso fazer “pesquisa” para determinar que há milhões vivendo na indigência! Como se este importante levantamento resolvesse alguma coisa!

Mas, a verdadeira preocupação da burguesia pelos pobres pode se apreciar melhor no editorial da Folha de São Paulo do dia 5 de maio. Nele, este órgão dos opressores critica o governo Dilma pelo fato de estar manipulando a linha de pobreza para baixo do que ela mesma havia prometido durante a campanha eleitoral. Naquela época, a linha de pobreza defendida pela candidata seria de R\$ 136,25, critério pelo qual deveriam ser contemplados 19,6 milhões de pessoas e não os 16,2.

Será que a Folha está querendo defender que se amplie a assistência aos pobres excluídos do critério governamental? Nada disso! Trata-se apenas de uma crítica com finalidades eleitoreiras. Mostrar o quanto Dilma é demagoga e mentiu durante a campanha. Pois a crítica do editorial da Folha de São

Paulo logo se defronta com outro dado que não pode criticar: a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial sequer atinge os R\$ 70 da Dilma, mas é de R\$ 62 ou US\$ 1,25 por dia!

Evidencia-se assim que toda esta profunda investigação realizada pelos órgãos do governo e do debate na imprensa não tem o objetivo de erradicar a miséria das massas, mas apenas justificar programas assistenciais/demagógicos ou, por parte da oposição, a crítica eleitoral.

Há muito tempo o marxismo explicou que a concentração da miséria da maioria é consequência inevitável da acumulação capitalista, ou seja, o enriquecimento da burguesia implica necessariamente a penúria e ampliação da miséria das massas e, portanto, a erradicação de toda pobreza e opressão só pode acontecer com a liquidação revolucionária do regime da propriedade privada capitalista, com a revolução socialista.

Diante desta mesquinha manipulação dos dados, o proletariado levanta sua reivindicação de salário mínimo vital e opõe ao assistencialismo demagógico da burguesia a bandeira histórica de revolução e ditadura proletárias!

Aos operários, aos explorados em geral e à juventude

Combater a burocracia sindical com os métodos da democracia operária

A tradição de luta do 1º de maio no Brasil há muito vem sendo banida. O final dos anos 70 e a década de 80 foram marcados por extraordinárias manifestações do proletariado e dos explorados em geral. Basta que lembremos das greves metalúrgicas no ABC em 1978 e maio de 1980, a greve geral de julho de 1983 e as greves gerais de 1986, 1987 e 1989 contra os planos econômicos do governo Sarney, ditados pelo imperialismo. Mas não puderam impor a independência de classe frente ao crescimento eleitoral do PT.

As direções sindicais oriundas do ascenso grevista se submeteram à linha democratizante burguesa do petismo, que almejava modificar a denominada correlação de forças (disputa interburguesa) no Parlamento e na administração do Estado. A burocratização, no nascedouro da CUT, foi a via para impor o sindicalismo propositivo e combater os setores que reivindicavam da luta de classes para contrapor os Planos de fome, miséria e desemprego.

A CUT que nasceu em 1983, em meio às greves, em 1988 (época da Constituinte) atuou referendando a democracia burguesa e, em seu 3º Concut (setembro de 1988), alterou os estatutos da Central para prevalecer o poder das direções sindicais em detrimento das delegações de base. Com a vitória eleitoral do imperialista Collor de Melo, Jair Meneghelli defendeu a participação da CUT no “Entendimento Nacional”, chamado pelo governo. Está aí por que a CUT não pôde levar a cabo o rechaço ao sindicalismo pelego e imperialista de Joaquinção, Medeiros e, agora, de Paulinho da Força Sindical.

A classe operária foi dividida entre a CUT e a Força Sindical, na década de 90. O acordo das Câmaras Setoriais em março de 1992 foi um duro golpe nos metalúrgicos e a via para a redução de direitos trabalhistas. A burocracia brasileira se espelhou no sindicalismo colaboracionista internacional. Em 1992, a direção da CUT se filiou a CIOSL, organismo da conciliação de classe mundial. O que permitiu dar passos largos na sua estatização.

Assim, os burocratas impuseram os feudos sindicais e o violento controle sobre os sindicatos de sua jurisdição. A traição da CUT à greve dos petroleiros de 1995, contra o Plano Real, selou sua política pró-capitalista. A estatização dos organismos dos trabalhadores avançou, o sindicalismo de resultado ou propositivo se uniformizou e a integração no poder do Estado se concretizou com a chegada de Lula à Presidência da República.

A classe operária brasileira sofreu um profundo retrocesso político e organizativo. O que refletiu para o conjunto dos explorados. A violência da burocracia sindical nas assembleias e nos congressos, eliminando os traços da democracia operária, foi decisiva para a consolidação de uma camarilha de dirigentes sindicais vendidos aos patrões e ao governo. A ausência de um setor classista de oposição, constituído a partir dos locais de trabalho, com o programa do proletariado, a linha da independência de classe e o método da democracia sindical, favoreceu o fortalecimento do sindicalismo burocrático. O rompimento do PSTU e do PSOL com a CUT não ajudou a combater e expulsar os vendilhões que se apossaram dos sindicatos e da Central.

O 1º de Maio de 2011 foi, mais uma vez, expressão desse sindicalismo estatal e conciliador. A despolitização da classe operária e da juventude permite que sejam arrastados para os atos festivos, patrocinados pelas empresas e direcionados pelos artistas criados pela TVGlobo, a exemplo do mentecapto Luan Santana.

A denúncia dos atos da burocracia deve ser traduzida em combate sem trégua pela sua expulsão dos sindicatos. Pela luta em defesa do programa e dos métodos da classe operária. Pela recuperação dos organismos dos trabalhadores para a defesa das reivindicações que unificam os explorados, como o salário mínimo vital, o emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho e fim das leis malditas que impedem o direito de manifestação e greve.

1º de maio da Praça da Sé

O ato que reuniu as correntes de esquerda não teve a presença da classe operária organizada. Contou com a participação do movimento sem teto, com a Conlutas, a Intersindical e os partidos PSTU, PSOL, PCB, o POR e outros.

A manifestação se limitou a repetir os erros do ano passado. A pastoral encabeçou uma missa. O ato, dirigido pela Conlutas e Intersindical, foi intercalado com os cantores populares. Manteve-se o critério burocrático de só falar os representantes das organizações sindicais e políticas que “construíram o ato”. Certamente, quem contribuiu com o dinheiro. Assim, cortaram o direito do POR.

Os argumentos da maioria dos oradores foram voltados a denunciar os atos da CUT e da Força Sindical, como governistas e financiados pelos patrões. O PSTU fez referência aos levantes populares do Norte da África, Oriente Médio, defendeu o fim da intervenção imperialista e levantou a bandeira de “*Fora Kadafi da Líbia*”. Justamente quando o imperialismo o atacou. Narrou as greves da Europa, assinalando as consequências da crise econômica mundial. O PSOL, por meio da Intersindical, denunciou o sindicalismo comprometido com a política governamental, levantou as bandeiras: “*nenhum direito a menos*” e “*acabar com essa sociedade de classes e construir a necessária sociedade socialista*”. Por fim, não deixou de dizer que a Intersindical “*não foi ao caminho fácil de criar novas centrais distantes da classe trabalhadora*”. Procurou, assim, se explicar diante do rompimento do congresso de unificação com a Conlutas. O agrupamento “Unidos pra Lutar” (parte do PSOL) fez uso da palavra, na linha da denúncia dos atos-shows, distribuiu um boletim sindical narrando as greves e estampando a *bandeira* “*1º de maio de luta! Tunísia, Egito, Jirau, a luta dos trabalhadores é internacional*”. O PCB usou a palavra e estava com a faixa de sua campanha eleitoral. A LER-QI fez uma entrada teatral com bumbos e fumaças coloridas.

A repressão policial, causada após a prisão de um companheiro do movimento sem teto, foi respondida pelos manifestantes, que enfrentaram a polícia. Os dirigentes do ato pediam “*calma*”, o auxílio de advogados e o retorno dos participantes para o ato. Uma atitude pacifista diante da truculência dos militares. Esse acontecimento repressivo mo-



A polícia prendeu um manifestante e reprimiu a militância durante o 1º de Maio na Sé, em São Paulo

dificou, por um momento, a forma festiva e distracionista do ato.

Atuação do Partido Operário Revolucionário

O partido expôs suas publicações e os jornais. Usou o ato para lançar a Revista Socialismo Científico. Reuniu a militância e os simpatizantes em torno das bandeiras: “Combater a ofensiva mundial do imperialismo; apoiar os levantes revolucionários no Norte da África e Oriente Médio; Pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB; Empunhar um programa de defesa da vida das massas que se dirija a destruir o capitalismo pela revolução proletária”.

Com faixas e cartazes defendendo a construção do partido operário revolucionário e as reivindicações dos explorados, o POR atuou com o programa e os métodos da classe operária.

As dificuldades de organizar uma fração operária e a vanguarda que se destaca nas greves e a juventude oprimida são obstáculos que devem ser superados. Fazem parte da luta pela construção do partido revolucionário. Sem esse instrumento, o 1º de maio continuará sendo dirigido por correntes centristas e reformistas.



Durante o 1º de Maio, o POR lançou a revista Socialismo Científico nº 12. Adquira com o distribuidor deste jornal

Resistência histórica das massas à crise capitalista

Levantes dos povos árabes: Pela autodeterminação e soberania dos povos semicoloniais

Levantes dos povos árabes: Pela autodeterminação e soberania dos povos semicoloniais

Levantes dos povos árabes: Pela autodeterminação e soberania dos povos semicoloniais

Paraná

Primeiro de maio na Feira do Cincão

Em Londrina, a comemoração do Dia do Trabalhador não passou em branco. O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo fez uma transmissão da “rádio sem catracas”, no meio da feira do cincão, que ocorre num bairro popular.

Os trabalhadores puderam ouvir reportagens sobre a origem do dia 1º de Maio, a história do salário mínimo, a necessidade de organização e enfrentamento das burocracias sindicais. Neste momento, passou uma carreta da CUT o que ilustrou bem o tema. Além disso, foi feita a defesa do salário mínimo vital, bandeira aprovada na última plenária do Comitê, que resolveu retirar a bandeira da gratuidade do transporte, voltando a defender o passe livre para os estudantes e desempregados. Tal modificação foi importante, permitiu que se colocasse no centro das atividades a defesa das condições de vida dos trabalhadores. Na feira, muitos pararam para ouvir e deram suas opiniões contra o salário de fome da Dilma, contra a pelegada e em defesa da organização. Não faltaram também intervenções sobre o transporte em Londrina.

Veja abaixo alguns dos textos repercutidos pela rádio:

A rádio sem catracas está aqui na Feira do Cincão para comemorar o Dia do Trabalhador! Mas, diante do valor miserável do salário mínimo e das dificuldades de organização, essa comemoração só pode ser feita com luta! Acompanhe as matérias, músicas e enquetes da Rádio sem catracas!

Rondônia

CUT e Presidente do Sticcerro convencem os operários a aceitar os acordos com os patrões

A luta contra maus tratos nos canteiros de obras nas usinas do rio Madeira, as péssimas condições de trabalho e falta de cumprimento de acordos trabalhistas levaram os operários da usina de Jirau a se revoltarem. O levante operário culminou com ações radicalizadas que paralisaram a obra por um mês.

Para proteger o empreendimento milionário de Dilma/PT e Confúcio/PMDB, a Força Militar Nacional ocupou os canteiros. A usina Santo Antônio ficou parada por cerca de 15 dias como medida de precaução diante dos protestos ocorridos em Jirau.

Para conter a fúria dos manifestantes, a burocracia da CUT, da Confederação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil e da Madeira (Conticom) e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Rondônia (Sticcerro) fizeram um acordo com a patronal.

A proposta indica o reajuste salarial de 11%, aumento da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 170 e o pagamento de 70% de horas-extras entre segunda e sábado (aos domingos, 100%); passagens aéreas para todas as capitais e licença de nove dias para a visita de familiares, iniciando e terminando em finais de semana.

O temor da burocracia sindical

O pânico dos burocratas diante do levante operário e da

Você sabia que o salário mínimo necessário para uma família viver em São Paulo deveria ser de R\$ 3.824,00? Quase sete vezes mais do que o salário mínimo de fome aprovado.

Salário mínimo vital

No dia 25 de fevereiro de 2011 a presidente Dilma aprovou o salário mínimo de fome no valor de R\$ 545,00. Quem saiu ganhando? A burguesia nacional e internacional. Quem saiu perdendo? Os milhões de trabalhadores que vivem as consequências degradantes desse valor miserável.

O que fizeram os sindicatos e centrais sindicais? Abandonaram a luta por um salário de valor digno para os trabalhadores. Ficaram pedindo uma migalhinha a mais aqui, outra ali, mas não organizaram uma luta de verdade em defesa da vida dos trabalhadores.

A presidente Dilma vem falando que quer diminuir a desigualdade social em nosso país. O valor firmado é a mais ilustre prova de que manterá em governo a maioria do povo em condições miseráveis de sobrevivência, pois o que se compra com R\$ 545,00? Os cálculos mais conservadores de especialistas em economia indicam que é preciso um salário mínimo de R\$2,500 para uma família de 4 pessoas sobreviver dignamente. SE FIZERMOS OS CÁLCULOS para uma família que vive em SÃO PAULO, isso chega a R\$3.824,00. Ou seja, ganhamos sete vezes menos do que o mínimo para vivermos.

possibilidade de inviabilizar a obra do PAC do governo Dilma/Lula foi visível. Procuraram manter os operários isolados nos alojamentos improvisados na capital. Não desfizeram a campanha violenta da imprensa de que o levante era de vândalos e saqueadores.

Depois de duas semanas de retorno ao trabalho e de mais de dois meses dos protestos, a CUT e o Sticcerro silenciam frente ao desaparecimento de operários no levante. Não há notícias dos companheiros desaparecidos. E não há nenhuma investigação.

CUT e o Sticcerro: mais um 1º de maio de silêncio

Esse 1º de maio deveria ser marcado pela presença da classe operária nas ruas, denunciando a violência das empresas e a brutal exploração nas usinas de Santo Antonio e Jirau. Deveria reunir os lutadores, os estudantes e as camadas oprimidas da população para exigir investigação sobre os operários desaparecidos na greve de Jirau. Deveria contar com os camponeses pobres e os sem-terra que lutam diariamente contra os assassinatos e contra a violência dos latifundiários e da polícia. Deveria estar sob a bandeira de defesa da vida dos explorados: salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho e educação e saúde públicas. E deveria erguer as con-

signas de fim da intervenção imperialista no Norte da África e Oriente Médio e autodeterminação dos povos oprimidos. Mas nada disso ocorreu.

O 1º de maio da CUT e do Sticero foi de silêncio.

A classe operária, a juventude e os trabalhadores em geral devem rechaçar o silêncio dos burocratas. O silêncio é a

Militância do POR no 1º de Maio do Rio de Janeiro

O ato do 1º de maio no Rio de Janeiro, convocado pela Conlutas e Intersindical, resultou em uma passeata. Saiu do Largo do Santo Cristo acompanhado por uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) passando por pontos de lutas históricas, marcados pelas ocupações que resistem até hoje, ao lado do morro da Providência, e foi até a Pedra de Sal (Praça Mauá). Participaram aproximadamente 500 pessoas, essencialmente da vanguarda.

Todos os partidos e movimentos tiveram o direito de se pronunciarem no carro de som. O POR tomou a palavra e defendeu: Fora a intervenção imperialista no Norte da África e Oriente Médio; autodeterminação dos povos oprimidos; derrota da ofensiva imperialista na Líbia; oposição revolucionária ao governo de Dilma; salário mínimo vital e escala móvel de

omissão, o consentimento e a conciliação com os capitalistas e seus governantes. É fundamental a constituição dos comitês de luta para que possam enfrentar nas ruas o silêncio dos dirigentes sindicais. Faz parte dessa tarefa organizar o Partido Operário Revolucionário. É com o partido que a classe operária libertará os sindicatos da burocracia vendida e avançará a luta unitária contra a classe capitalista.

reajuste; escala móvel das horas de trabalho e aplicação do método da ação direta.

As correntes fizeram a defesa geral das lutas que ocorrem no estado e o apoio aos levantes populares nos países árabes.

O POR distribuiu seu manifesto e fez propaganda dos materiais.

Embora o ato não tenha contado com a presença de parte da classe operária e demais oprimidos, foi importante por estar em contraposição às festividades da burocracia e do governo. Ressaltamos o fato de ter sido garantida a democracia operária que deve reger as manifestações contrárias ao capitalismo e à opressão imperialista, diferentemente do ato da Praça da Sé em São Paulo em que Conlutas e Intersindical assumiram o formato do 1º de maio festivo e burocrático.

Greve, manifestações e paralisações na Bahia:

Avançar na ação direta, construir uma direção revolucionária

Nas últimas semanas, trabalhadores do setor público e privado realizaram greve, paralisações e manifestações contra os ataques dos patrões e dos governos. No dia 3 de maio, os médicos e trabalhadores da saúde do Estado da Bahia iniciaram uma greve contra as péssimas condições salariais e de trabalho na saúde pública estadual, agravadas pela política do governo do PT de Jacques Wagner. São atualmente 27 mil servidores da saúde. Comparecem reivindicações como a correção de gratificações, revisão do Plano de Carreira e pagamento de URV já conquistada. O salário base dos médicos é de R\$ 683,42 reais, somado a uma gratificação de desempenho chega a R\$ 2.300,00. No primeiro dia, as manifestações se concentraram no Hospital Geral do Estado e no Hospital Geral Roberto Santos. No dia seguinte, fizeram uma manifestação em frente à Secretaria da Saúde (Sesab) denunciando o tratamento humilhante a que vem sendo submetidos os servidores pelo governo de Jacques Wagner, através do seu secretário da saúde Jorge Solla.

Como todo governo burguês, o secretário imediatamente tratou de repudiar a greve e a manifestação dos trabalhadores e médicos apresentando dados maquiados sobre a realidade da saúde, colocando a população contra os grevistas. Num tom agressivo, afirmou que, quer queiram ou não, os médicos e trabalhadores da saúde terão de aceitar as imposições do governo petista no setor, inclusive a instituição de uma avaliação de desempenho para os profissionais da saúde. Os trabalhadores demonstram disposição de lutar, mas encontram-se sob controle de direções do Sindmed-BA e Sindisaúde-BA, ambos filiados à CTB, controlada pelo PCdoB, ironicamente base de apoio políti-



co de Jacques Wagner na Assembléia Legislativa e defensor dos governos petistas, limitando a sua capacidade de luta.

Há um mês, os professores das universidades estaduais de Santa Cruz (UESC), do Sudoeste da Bahia (UESB) e de Feira de Santana (UESF) encontram-se em greve por tempo indeterminado, em razão dos profundos ataques sofridos pelos servidores e docentes pelo governo de Jacques Wagner. A estas se somaram os professores da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em greve há nove dias. As principais reivindicações são: a revogação do Decreto 12. 583, que promove cortes no orçamento públicos para os serviços sociais, como a educação, e impossibilita a contratação de novos docentes; fim da cláusula imposta pelo governo petista de que os professores só poderão apresentar novas reivindicações a partir de 2015, e congela os salários. O governo tem agido no sentido de pressionar os trabalhadores para finalizar a greve, como sempre, tentando colocar alunos e população contra os gre-

vistas.

A partir do dia 2 de maio, os rodoviários fizeram paralisações parciais na região metropolitana de Salvador, como parte da campanha salarial de 2011. Reivindicam frente aos empresários 18% de aumento, folga aos finais de semana e pagamento de tickets alimentação. No primeiro dia, paralisaram os ônibus na Estação da Lapa e, no segundo, impediram a saída de ônibus na rodoviária de Salvador por algumas horas. No dia 4, os servidores que realizam limpeza dos ônibus também para-

lisaram as atividades por algumas horas. As negociações entre a direção do Sindicato dos Rodoviários da Bahia e o sindicato patronal continuam sem definições.

As greves e manifestações indicam tendências de luta no seio das massas. Contestam a política opressiva do governo petista, que de reformista em palavras se mostra reacionário nos fatos. A tarefa que se coloca é superar a atomização dos movimentos, unificando-os em uma só luta em torno do programa de reivindicações.

Rio Grande do Norte

A dengue e o caos na saúde

Os casos de dengue notificados na cidade de Natal tiveram um acréscimo de 471% com relação ao mesmo período do ano passado e já passam de 1650 casos na capital e mais de 5200 no estado. A Secretaria Municipal de Saúde afirmou que a cidade não tem estrutura para enfrentar uma epidemia de dengue. O que será que tem por trás da confissão de incompetência da prefeitura no combate à doença?

A afirmação do secretário de saúde serve de justificativa para a terceirização das ações e estratégias de combate a dengue. A prefeita Micarla de Souza (PV) fechou contrato com o Instituto de Tecnologia, Capacitação e Integração Social, organização pernambucana, que vai receber por 3 meses de serviço o montante de R\$ 8.116.675,72. A prefeitura decretou estado de emergência por 90 dias, o que permitiu que o contrato fosse feito sem licitação. Os agentes de saúde e de endemias fizeram protestos já que a prefeitura não atende às reivindicações. A proposta apresentada pelo sindicato para melhoria dos salários aumentaria a folha em 3 milhões durante 03 anos, mas o governo preferiu atender a uma empresa privada que em 90 dias gastará mais de 8 milhões dos recurso públicos.

A incapacidade da prefeitura de Natal combater a dengue é só mais um apêndice do caos que se instaurou na saúde pública no RN: os postos de saúde e hospitais da capital e do interior

não têm estrutura, sem material de trabalho básico, e os pacientes, quando conseguem atendimento, são entulhados em corredores por falta de leitos. Quem paga pelo caos é a população.

Quem são os culpados pelo caos?

A burguesia e o Estado burguês submetem os trabalhadores e a maioria oprimida a condições de vida subumanas, o descaso dos governos burgueses se reflete no caos na educação, na saúde pública. A epidemia de dengue é característica de países atrasados, onde prevalece a falta de saneamento básico, de tratamento adequado do lixo falta de moradia digna, fome e na miséria das massas.

O Partido Operário Revolucionário convoca os trabalhadores a defender com luta a saúde pública.

Frente o caos na saúde pública o Partido Operário Revolucionário defende:

- Fim das terceirizações
- Não à privatização do SUS, em defesa de um sistema único de saúde estatal e sob o controle dos trabalhadores.
- Expropriação da rede privada de saúde sem indenização.
- Moradia digna a todos os trabalhadores
- Exigir do estado burguês que realize obras de saneamento em toda a cidade bem como tratamento adequado do lixo.

Balanço do 4º Encontro de Mulheres da UNE

Encontro expressa o burocratismo e reformismo da direção (PT/PCdoB)

O 4º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE ocorreu em Salvador entre os dias 21 a 24 de abril e contou com a participação (segundo dados oficiais da direção burocrática) de 700 mulheres de todo o país. O encontro esteve sob o controle das correntes estudantis majoritárias na direção da UNE: Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), através dos grupos Kizomba e União da Juventude Socialista (UJS), respectivamente. O Psol esteve presente na composição de mesas e na participação de mulheres que compõem alguns dos seus grupos como Contraponto, Mulheres do Barricadas e Levante. Em geral, não consegue fazer oposição real à direção da UNE e tem se conformado cada vez mais em oposição consentida. A ausência do PSTU mostrou o quanto a sua posição de divisionismo com a CUT/UNE apenas fortaleceu a burocracia nessas organizações.

Como não poderia deixar de ser, a organização, debates, temas e composição de mesas expressaram a correlação de for-

ças atuais no movimento estudantil da UNE, sendo composta por representantes das principais correntes e de órgãos governamentais, com temas direcionados para a política reformista dessas correntes, de apologia e apoio ao governo petista de Dilma Rousseff, de participação nas instâncias governamentais em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e de intervenção propositiva, isto é, para melhorar as políticas e leis aprovadas pelo novo governo burguês e das esferas do Estado. É o projeto de desenvolvimento capitalista, encoberto pela consigna de “sociedade mais justa” do PT/PCdoB, que implica alianças com partidos burgueses, gerência do Estado capitalista e manutenção da grande propriedade privada.

Os debates em torno da conjuntura nacional foram superficiais e, em geral, direcionados a alimentar as ilusões democráticas das mulheres em torno do governo de Dilma. Nada foi discutido sobre a situação das mulheres trabalhadoras e desempregadas de todo o país, que sofrem como os trabalhado-

res as consequências da crise do capitalismo e da opressão de classe burguesa, através dos seus governos, empenhados em destruir direitos e conquistas sociais e aumentar a exploração. Não houve qualquer discussão sobre a situação internacional, as manifestações protagonizadas por homens e mulheres explorados na Europa e os processos revolucionários ocorridos no Norte da África e Médio Oriente.

A discussão sobre as condições das mulheres na sociedade capitalista foi descartada em nome de um abstrato debate sobre as mulheres em geral e sua opressão pelos homens em geral, desprovido de um caráter de classe, sem expressar as reais condições concretas de opressão a que são submetidas as mulheres exploradas, que suportam os baixos salários, a dupla jornada de trabalho, o desemprego, a miséria, a fome e a criminalização. A defesa de “auto-organização” das mulheres, tão propalada durante o encontro pelas correntes reformistas (Kizomba e UJS), serviu, na verdade, para esconder o sexismo e o isolamento frente ao conjunto dos movimentos e da luta dos trabalhadores. Não à toa, propõem a ocupação de cargos e espaços institucionais pelas mulheres no Estado burguês.

Em relação à criminalização do aborto, em nome do apoio aos governos petistas (Lula/Dilma) omitiu-se o fato de que a atual presidente não só não defendeu a legalização do aborto, como cedeu às pressões das igrejas e do conservadorismo da sociedade burguesa, chegando a defender posições contrárias às históricas consignas do movimento de mulheres. Obscureceram o fato de que as mulheres exploradas continuam a morrer sem qualquer assistência do Estado, tendo de recorrer a clínicas ilegais. A burocracia tentou de todas as formas encobrir a postura de Dilma Rousseff perante as eleições passadas, quando relegou as reivindicações das mulheres trabalhadoras

e submeteu-se às pressões clericais.

A Plenária prevista para o último dia sequer foi realizada, não houve defesa de teses, nem foram discutidas e aprovadas posições sobre as questões fundamentais da luta das mulheres trabalhadoras. A direção reformista do PT (Kizomba) e PCdoB (UJS) elaborou uma carta consensual, de modo que a plenária, esmagadoramente composta por mulheres dessas correntes, nada mais fez que legitimar a carta ao governo. O Psol, pela suas posições democratizantes, pela sua ilusão nas instituições parlamentares burguesas e por sua defesa de um socialismo abstrato pelas vias graduais do próprio Estado capitalista, não foi capaz de fazer uma oposição concreta à direção da UNE ou de defender um programa que se contraponha ao reformismo do PT/PCdoB. Nenhuma proposta de mobilização foi debatida e aprovada pela plenária, submetendo as reivindicações das mulheres trabalhadoras às disputas interburguesas no interior do Estado e do parlamento.

O POR participou do encontro com o programa da revolução proletária e a concepção revolucionária sobre a questão da mulher. Dentro dos limites impostos pelo burocratismo e reformismo da UJS e Kizomba, que impediram inscrições de nossas militantes, o POR compareceu com a banca de materiais durante todo o evento, a venda do jornal Massas, distribuição de dois manifestos com nossas posições, além de intervenções. Defendemos em nossos manifestos, intervenção e folheto sobre a mulher o fim de toda discriminação social; o combate aos preconceitos relativos às mulheres; a luta contra a influência da religião; total proteção à maternidade e aos filhos; igual trabalho, igual salário articulando-as à defesa do programa da revolução proletária, de destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Balanço da Convenção da Oposição Unificada (APEOESP – SP)

Ao chamarmos o voto na chapa da Oposição Unificada, na edição do jornal Massas 410, já apontamos os seus limites. É inegável a necessidade de luta pela independência sindical, arrancando da direção o colaboracionismo reformista do PT e PCdoB. A tarefa, no entanto, se vê obstaculizada quando as correntes oposicionistas não assumem integralmente a democracia operária e não se organizam em torno de um programa revolucionário. Eis a essência de nossa crítica.

A Convenção, que ocorreu no dia 16 de abril, não foi antecedida de uma ampla convocação aos professores de base. O convite entregue na fraca assembleia do dia 1º de abril, assinado pela Oposição Alternativa (PSTU e independentes), Escola na Luta (Psol) e Unidos para Lutar (agrupamentos sindicais), não se materializou em uma campanha nas escolas, que divulgasse o programa da chapa e a necessidade de uma mobilização para as eleições. Como nos anos de 2005 e 2008, a Convenção não resultava de um chamado aos professores, mas de um encontro de correntes, que objetivavam realizar uma plenária para referendar o acordo prévio.

Acordo entre PSTU e PSOL rebaixa o programa da chapa

Ninguém contesta o direito de qualquer corrente discutir e deliberar sobre qualquer ponto. O fato de a Oposição

Alternativa (maior grupo da *Unificada*) já ter definido pontos de programa e ter definido os nomes para a chapa é um direito que lhe cabe enquanto organização independente. O que sistematicamente vimos denunciando é a imposição dessas definições para o conjunto da Oposição Unificada, sem passar pela Convenção democrática da chapa.

Repetiu-se em 2011 o que já ocorrera em 2005 e em 2008: um acordo entre os maiores grupos que se opõem à soberania da Convenção. Isso se consubstanciou em um programa rebaixado, com “eixos” reformistas, e na adoção de um método estranho à democracia sindical, que é a indicação da chapa, sem se aferir o peso de cada corrente no interior da plenária de unificação. O acordo de cúpula, entre as correntes políticas, se coloca acima da plenária convocada, o que demonstra o quão formal é a sua convocação, pois ignora que possa haver professores de base que desconhecem os métodos e a política majoritária.

O acordo desse ano pautou-se pela adoção de seis “eixos programáticos” (internacional, nacional, estadual, sindical, educacional e opressões). Percebe-se que os pontos pertencentes a cada eixo nasceram de um acordo entre os dois partidos, o PSTU e o PSOL. Vejamos cada um deles:

Internacional: “Norte da África: apoio à luta dos povos ára-

bes, fora o imperialismo e fora Kadafi da Líbia". Como se vê, esta é uma bandeira do PSTU, o qual "descobriu" haver "duas guerras" na Líbia: aquela que o imperialismo iniciou e aquela que as massas líbias iniciaram.

Nossa crítica foi precisa: com a intervenção do imperialismo, a autodeterminação dos povos é inexistente, não há, portanto, a possibilidade de Kadaf cair sem a intervenção externa. A queda do ditador não será o resultado do levante revolucionário, mas da opressão bélica sobre o país atrasado. A bandeira da situação só pode ser pela autodeterminação e expulsão do imperialismo, defender o "Fora Kadaf" atualmente é convergir com a ação concreta da OTAN/ONU.

Nacional: "Conteúdo Geral: oposição aos governos estadual e federal por adotarem a mesma política". A bandeira do PSOL, de oposição institucionalizada, parlamentar, aparece aqui. O PSTU cedeu à sua caracterização de "oposição de esquerda".

Apresentamos como crítica que o caráter da "oposição" define as reivindicações de luta e os métodos para arrancá-los. Apenas a bandeira de "oposição revolucionária" permite colocar como centro as reivindicações mais elementares (salário mínimo vital, escala móvel de trabalho, etc.) que se chocam com o governo burguês e permite defender, ao mesmo tempo, o método da ação direta necessário para conquistá-las. A oposição pequeno burguesa, embora de setores radicalizados, é reformista e se pauta nas ilusões democráticas, que não deveriam ser alimentadas, mas destruídas no interior dos movimentos sociais.

Estadual: O problema no eixo se ligava à omissão dos métodos de luta e do caráter abstrato das reivindicações que não apontavam a classe operária como responsável pelas transformações. A defesa: "re-estatização das empresas estaduais privatizadas, pela saúde pública estadual, contra as privatizações, contra a criminalização dos movimentos e contra a violência policial" - *descolada dos métodos de ação direta (greve, passeatas, bloqueios de avenidas, ocupação de prédios, etc.) e do papel estratégico do proletariado* - redonda em um programa mínimo, cujo conteúdo pode ser defendido mesmo por setores da direção burocrática (O Trabalho e o PCdoB).

Para nós, a defesa desses pontos deve estar ligada ao controle operário e em oposição aos métodos burgueses (como defendido no último ponto "Ampliação e melhoria da defensoria pública"), os quais alimentam a ilusão de que a Justiça burguesa pode ser o instrumento para as transformações requeridas pelos movimentos sociais.

Sindical: Todos os grupos mais próximos do PSOL ou do PSTU convergem com a política de divisão da CUT e formação de novas centrais. Isso leva à adoção da posição abstrata de sindicato "independente de governos, partidos e patrões" e da posição sectária de "plebiscito na base da categoria para desfiliar o sindicato dessa central".

Rechaçamos a primeira, porque a independência aos governos e aos patrões só é possível quando os sindicatos estão sob a influência do partido revolucionário; devemos, portanto, rejeitar a influência dos partidos burgueses e pequeno-burgueses que auxiliam os patrões, mas não rejeitar a presença da política revolucionária, materializada no partido. Essa concessão aos "independentes" nos eixos do programa não auxilia a tarefa de desburocratizar os sindicatos e torná-los autônomos;

apenas dissemina a confusão e prejudica a elevação política da classe.

A segunda posição foi por nós criticada por se prender a uma forma da democracia burguesa, o plebiscito, que não deve servir de método de decisão para o movimento sindical, e por aprofundar a política desastrosa de fragmentar e dividir ainda mais os trabalhadores em diversas Centrais sindicais.

Educacional: A bandeira reformista de aumento de verbas (10% do PIB) mostra-se cada vez mais caduca. Fizemos a crítica à imposição do percentual, que não passou pela definição dos trabalhadores da educação e se baseia historicamente nas defesas do PT quando se colocava como "oposição" ao governo FHC. O PNE, saído do CONAE governista, defendia os 10%; o PNE, de Haddad, defende os 7%. O método para alcançar a reivindicação é deixado de lado, desprezando a participação dos envolvidos no processo de ensino, para se adotar a bandeira histórica do reformismo. Defendemos que o percentual deveria ser aprovado em assembleias gerais com ampla participação de todos.

Apontamos também nesse eixo que a defesa do Plano de Carreira conduzia a ilusão distracionista imposta pelo governo, que só objetiva dividir o magistério. Nossas bandeiras centrais devem ser a defesa do Salário (o Salário Mínimo Vital), da Estabilidade para todos e de divisão das aulas entre todos os professores (Escala Móvel de Trabalho), sem divisões ou discriminações no interior do magistério.

Era evidente a contradição do eixo educacional que defendia ao mesmo tempo o Piso do Dieese e "esperava o STF" julgar a "lei do piso". Esse é mais um exemplo a que conduziu os acordos entre PSTU/PSOL: uma colcha de retalhos de cunho predominantemente reformista (ou seja, no qual as posições políticas do PSOL sobrepunham-se às do PSTU, centrista).

Opressões: Uma discussão em torno da defesa do aborto às mulheres conduzida pelo PSTU e LER demonstrou os traços eleitoreiros do primeiro. Ambos diziam convergir na defesa de que "a mulher tem o direito sobre o seu corpo", mas os militantes do PSTU diziam que tal bandeira não "dialogava" com a categoria e não podia ser votada agora. Houve duas votações. A bandeira oportunista do PSTU ganhou, embora a Corrente Proletária/POR, a Unidos para Lutar e a LER tenham votado pela bandeira contra a criminalização do aborto.

Fizemos, por fim, no eixo, a defesa de que faltava a caracterização sobre o problema das opressões. Por deitar raiz na sociedade de classe, qualquer opressão só pode ser eliminada com a luta revolucionária contra a burguesia que mantém a existência das classes sociais. A luta contra as legislações repressivas ao negro, à mulher e aos homossexuais não pode ser confundida com uma luta parlamentar por uma "legislação tolerante". Logo, defendemos que as reivindicações particulares não podem ser defendidas isoladamente para não se repetir a política petista que conduziu uma mulher à presidência e achou isso progressivo, como se ela fosse a expressão dos oprimidos e não, como é, do conjunto dos interesses da classe burguesa.

O programa aprovado

Todos os eixos foram aprovados pela maioria da plenária. A justificativa maior para as aprovações era de que se

tratava de “programa para construir a unidade”. Para a “Unidos para lutar”, a “Oposição Alternativa” e a “Apeoesp na Escola e na Luta”, a unidade só pode se dar por meio das concessões e dos acordos. Para eles, o programa frentista não pode ser a expressão da luta democrática em uma Convenção entre correntes políticas. Deve resultar, outrossim, de acordos silenciados pela cúpula dos grupos. Se não houvesse esse acordo prévio, outras polêmicas teriam surgido, além das levantadas quase que exclusivamente pela Corrente Proletária/POR.

Verificamos pela experiência que o método atual de discussão do programa o enfraquece, pois ele se torna uma formalidade - um documento a ser protocolado como parte do processo eleitoral. A dispersão dos militantes da oposição quando do debate dos “eixos programáticos” só reforça essa ideia de que o programa é secundário, que o principal é apenas os nomes da chapa e o acordo que os definiu.

No entanto, mesmo que levantado formalmente, o debate do programa demonstra as contradições e limites que existem no interior da Oposição Unificada. Atuamos disciplinadamente na discussão do programa para fortalecer a fração revolucionária, que percebe os vaivéns da política centrista e reformista.

Além dos eixos já acordados entre as correntes e ratificados na plenária, pudemos aprovar a defesa do método de luta e de caracterização do governo estadual, como emenda aditiva e a caracterização geral em torno do problema das opressões. Segue abaixo os pontos aprovados:

“Em São Paulo, já são quase 20 anos de governo do PSDB. As diretrizes educacionais (PDE/PNE etc) do governo do PT vêm sendo impostas pelo PSDB no estado. Alckmin mantém o arrocho salarial sobre o funcionalismo e a política de privatização de serviços públicos, metrô, saúde e educação. Trata-se de uma oposição burguesa ao governo federal, que procura retomar o poder do Estado. O funcionalismo e os explorados devem combater nas ruas a política dos governantes, que é contra a vida das massas.”.

“Caracterizamos que toda opressão contra as mulheres, os negros e os homossexuais tem uma origem na sociedade de classes e que, portanto, o fim de toda opressão só pode vir com o fim das classes sociais, por um processo revolucionário. O fato de nos opormos às legislações repressivas não nos leva a alimentar a ilusão na pressão parlamentar e na legislação burguesa, que servem unicamente para perpetuar a opressão de classe”.

A votação do método de composição da chapa

Seguindo o mesmo traço burocrático das outras Convenções, essa trouxe como método o acordo entre os maiores grupos sobre a composição da chapa. Novamente, apresentou-se a chapa “pronta”, com os cargos já fatiados e divididos entre as correntes, devendo apenas ser ratificada pela plenária.

A Corrente Proletária, como nos últimos anos, declarou ser contrária a esse método que fere a soberania da Convenção e impõe às correntes minoritárias uma proporção não aferida pelo método da proporcionalidade direta.

Surpreendentemente, a defesa do método burocrático foi feito pela representante da “Unidos para Lutar”, a qual, no passado, fazia parte da “FOS”; grupo que sempre votou e defendeu conosco o método democrático para composição da chapa. A diluição da FOS no interior desse novo grupo (Uni-

dos para Lutar) e o fato de alguns de seus membros terem assumido a diretoria executiva da entidade evidencia a adaptação do grupo, que sempre se postou de “independente” e de “democrático”. De crítico ao método burocrático, passou a defensor do mesmo com o velho argumento da necessidade de “unidade”. O falso argumento somente pôs à luz a nossa tese de que um “*sindicalismo independente de partidos revolucionários*” (como a FOS propagava) conclui no oportunismo mais ou menos velado para manter o poder sobre o aparelho.

Após as defesas, a plenária se posicionou favorável ao acordo das correntes. Apenas a Corrente Proletária/POR, a LER e o Espaço Socialista (agrupamento interno da Oposição Alternativa) votaram a favor da democracia sindical.

Votado o método e apresentada a chapa, o organizador da mesa anunciou que algumas vagas para candidatos ficariam à disposição de outros grupos oposicionistas que não compareceram à Convenção, como o PCO (que fez uma declaração e foi embora) e os grupos de Mauá e de Diadema.

Novamente nos opusemos à decisão burocrática, pois, ainda que limitada, as decisões da Convenção devem ser aplicadas em relação aos grupos que aderiram ao seu chamado. Convidar grupos - que sequer se prestaram à luta política para a composição da chapa - demonstra mais uma vez o desrespeito à soberania da plenária e como a sua convocação, por parte dos grupos majoritários, era formal.

A posição do POR diante do processo eleitoral

Nos últimos anos, chamamos o voto na chapa da Oposição Unificada por entender que era a única chapa que expressava o descontentamento de parte dos professores com a burocracia encastelada no sindicato. A impossibilidade, pelos critérios ditados por essa burocracia, de organizar uma chapa encabeçada pela Corrente Proletária/POR não nos colocava outra saída. A defesa do voto nulo em um processo em que estava em jogo a independência política e organizativa do sindicato frente ao governo não se apresentava. Pela mesma razão, quando o processo de estatização do sindicato se ampliou e se estreitaram os mecanismos democráticos (aumento de tempo das eleições regionais, controle sobre as sub-sedes, etc.), a defesa do voto na chapa da Oposição Unificada se torna novamente necessária. Outra posição redundaria em sectarismo e isolaria a política revolucionária do conjunto dos professores.

Não obstante, houve alteração de correlação de forças das últimas duas eleições para essa. Está evidente que as frações da burocracia se unificaram e se fortaleceram contra a oposição. Nas anteriores, nos negamos a participar da chapa, construída sob o método burocrático dos acordos de correntes. A defesa da soberania da Convenção e dos métodos operários nos fez defender a chapa, mas não participar dela.

Nessa convenção, a Corrente Proletária decidiu por participar da chapa. Continuará travando a luta política em defesa do programa classista e do método da democracia sindical. Da mesma maneira que temos feito a luta política nas assembleias, nos RE's e nas Convenções da oposição, o faremos agora no interior da chapa, enquanto candidatos, defendendo a política e os métodos revolucionários para varrer de vez com os parasitas do sindicato

Universidade de São Paulo

Continua a luta contra a terceirização na USP

Há algumas semanas, a FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) foi sacudida por manifestações de trabalhadores terceirizados do setor de limpeza, funcionários da empresa União.

Os trabalhadores exigiam o pagamento de salários atrasados e o compromisso de acerto dos direitos devidos, já que o contrato de trabalho estava prestes a ser encerrado. Havia a certeza de que o contrato acabando, a empresa que atrasara os últimos pagamentos não pagaria mais nada. Os trabalhadores da limpeza receberam apoio imediato de uma parcela significativa de estudantes, além de intelectuais e organizações de esquerda.

Ficou decidido que não mais se limparia a universidade e que se passaria a sujá-la. Os estudantes, em solidariedade, aprovavam sujar ainda mais a universidade caso as reivindicações não fossem atendidas. A ideia era mostrar que sujeira maior era a realizada pela reitoria e pela União, que mantinham os salários em atraso.

Uma parcela dos estudantes, no entanto, resolveu tomar as dores da reitoria e limpar por conta própria os espaços, numa clara demonstração de elitismo e contraposição à luta dos trabalhadores. Fracassaram.

A humilhação cotidiana devido às péssimas condições de trabalho e baixíssimos salários são marcas da precarização do trabalho. As jornadas são extenuantes e a opressão por parte dos patrões é constante. A terceirização é um instrumento de intensificação da exploração do trabalho e constitui um dos setores mais golpeados pela classe capitalista. A luta na USP se reveste de uma importância maior devido à conjuntura de greves operárias por todo o país, como em Jirau e Suape, em que a precarização do trabalho tem sido enfrentada com mobilizações heróicas.

A **Corrente Proletária Estudantil - POR** lançou manifesto em apoio e participou das atividades convocadas, defendendo que essa luta se generalizasse, ganhando as ruas e avançando no método da ação direta. O ataque aos terceirizados ocorre no quadro geral de desmonte da universidade pública, que tem se concretizado através de uma política privatista, acelerada na gestão do reitor João Grandino Rodas.

Fortaleza - CE

Professores da rede municipal decretam greve por tempo indeterminado

A recente greve dos professores de Fortaleza vem somar-se a outras lutas como a dos operários da construção civil, a luta dos estudantes pelo passe-livre, a dos servidores municipais contra o reajuste zero dado por Luizianne. Não se pode esquecer da tremenda opressão que recai sobre os professores do Estado, que mais cedo do que se imagina entrarão firmemente nesta luta, a despeito da direção GOVERNISTA da Apeoc. É preciso, pois, superar o divisionismo e unificar as lutas! A unidade dos trabalhadores é a única garantia de vitória. Mas para que esta ocorra os trabalhadores estão obrigados a expulsar as burocracias sindicais imobilistas e construir uma autêntica direção revolucionária marxista (um partido operário revolucionário) para nosso movimento.

As tarefas do momento:

- ✓ Comando geral de greve democrático, eleito na base dos zonais e com reuniões regulares!
- ✓ Carta aberta aos pais e alunos! Introduzir as reivindicações de

Política privatista que deve ser enfrentada de conjunto, com uma forte mobilização unitária dos que estudam e trabalham, tomando as lutas pelas reivindicações mais sentidas como ponto de partida. As diversas investidas da reitoria e do governo estadual, como a demissão de funcionários efetivos, reformulação de cursos, ameaça de extinção de vagas, mudanças no vestibular etc., têm um caráter geral privatista e é essa essência que deve ser combatida pelo movimento.

A luta contra a terceirização, em particular, continua de pé, já que permanece se reunindo o comitê em defesa da categoria, que é aberto e conta com a importante participação de companheiros estudantes. O sindicato que deveria representar os companheiros (Siemaco) demonstra na prática que não pretende contribuir com a mobilização. O Sintusp, que é o sindicato que representa os efetivos, apoia as iniciativas de unidade, o que é positivo.

Ressaltamos que um dos interesses dos patrões na política de terceirização está justamente na divisão em sindicatos diferentes, separando artificialmente a luta de efetivos e terceirizados. Combatemos o divisionismo defendendo a assembleia geral universitária, centralizando todas as forças em um combate massivo e unificado.

Combater a terceirização significa defender a força de trabalho contra a superexploração, significa defender a vida desses companheiros e suas famílias. Para isso, temos de lutar para que o movimento assuma as bandeiras que correspondem a essa tarefa:

Contra a terceirização!

Efetivação de todos os funcionários, sem necessidade de concurso público!

Em defesa do salário mínimo vital!

Pela escala móvel de reajustes!

defesa do ensino (quadra, laboratórios, merenda, melhorias do espaço físico) para unificar com pais e alunos!

- ✓ Por Assembléias democráticas onde a base tenha o direito de se expressar!
- ✓ Formar e fortalecer os piquetes de greve! Nenhuma escola aberta! Nenhum professor fora da greve!
- ✓ Ação direta (passeatas, manifestações, ocupações etc) para derrotar Luizianne e seus comparças!
- ✓ Que a Prefeitura atenda a todas as reivindicações da categoria e cumpra a Lei 11.738!!
- ✓ Lutar por um piso que corresponda ao salário vital, ou seja, que dê condições de vida digna para uma família viver e seja calculado nas assembléias dos trabalhadores! (em nossos cálculos R\$ 3.800,00).
- ✓ Construir a Corrente Proletária na Educação/POR!
- ✓ Abaixo o capitalismo apodrecido! Pela Revolução Proletária e o Socialismo!

Balanço da greve dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza

Com o advento das grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como o programa Minha Casa Minha Vida e das obras da copa do mundo na cidade de Fortaleza, os empresários do setor da construção civil ganharam de presente milhões do governo Dilma/PT, Cid/PSB/PT e Luizianne/PT. Isso tem provocado um aumento da demanda de mão de obra qualificada e o consequente aumento da exploração dos trabalhadores do setor que recebem salários miseráveis e suportam péssimas condições de trabalho. Diante dessa situação, os trabalhadores da construção civil iniciaram a campanha salarial de 2011. A reivindicação do sindicato dirigido pela CSP-CONLUTAS foi um reajuste de 25%, enquanto que a patronal oferecia apenas a migalha de 6,5% de reajuste e o auxílio alimentação de R\$ 19,00 por mês.

No dia 14 de abril, os operários deflagraram a greve exigindo o reajuste de 25%, cesta básica, plano de saúde, jornada de 40 horas semanais, feriado no dia do trabalhador da construção civil, auxílio creche e o fim do desvio de função. A greve foi marcada pela radicalização das lutas com paralisações, ocupação de canteiros de obras e passeatas. A resposta do estado foi imediata: repressão e criminalização do movimento. A imprensa burguesa se encarregou de orquestrar uma sórdida campanha contra a greve no dia 19, a manifestação dos trabalhadores foi violentamente reprimida com balas de borracha em frente ao prédio da Fundação Cearense de Meteorologia e Recurso Hídrico (FUNCEME). A resposta dos trabalhadores contra a truculência da PM foi respondida com pedras e a derubada do portão da FUNCEME.

Desde o início da greve, a companhia de choque e o serviço reservado da PM, vinham acompanhando o movimento grevista para intimidar e reprimir qualquer ação dos operários em luta contra a exploração dos capitalistas da construção civil. Não tardou para a patronal entrar com um recurso na Superintendência Tribunal Regional do Trabalho (TRT) expedindo uma medida cautelar de abusividade da greve. A justiça burguesa concedeu o parecer aos capitalistas e decretou a ilegalidade da greve proibindo os trabalhadores de ocupar e realizar atos em frente aos canteiros de obras, com multa diária de R\$ 50 mil ao sindicato caso houvesse o descumprimento. No caso de impedir o acesso dos fura greve ao local de trabalho, a multa seria de R\$ 10 mil diariamente, como não bastassem os protestos deveriam manter a distância superior a 200 metros dos canteiros de obras.

A direção do sindicato dos trabalhadores/PSTU, além de não fazer a denúncia da lei anti-greve, imposta pelo estado burguês ainda capitulou frente à decisão da justiça. O próprio presidente do sindicato Nestor Bezerra afirmou na imprensa que a entidade não iria contrariar a ordem judicial. O resultado desta política foi o rebaixamento da proposta inicial de reajuste de R\$ 25% para 17% e por fim para os míseros 10%. Essa postura do centrismo expressa o desespero em entrar em acordo com a patronal e evitar o confronto com a tendência à radicalização da categoria em luta, o que poderia inclusive atropelar a direção do sindicato.

Depois de 13 dias em greve a direção do sindicato CSP-



CONLUTAS/PSTU se submeteu ao dissídio coletivo imposto pelo TRT, fechando um acordo melancólico com a patronal, enquanto os capitalistas conseguiram impor um reajuste miserável de 9,8% e R\$ 35,00 ao auxílio alimentação. A categoria tinha grande disposição de luta para derrotar os patrões, mas com a concentração da greve apenas no Centro da cidade e no principal bairro burguês (Aldeota) reduzia as possibilidades de ampliar o movimento para outros locais como o estádio Castelão em reforma para a copa do mundo e nos bairros em seu entorno devido à exploração imobiliária.

Por fim, a greve não conseguiu e foi quebrada por conta da inconsequência da CSP-CONLUTAS em organizar os trabalhadores para o enfrentamento com os capitalistas e o Estado burguês. A falta de uma direção revolucionária refletiu não só no pequeno ganho da categoria, mas também na articulação de outras categorias que se encontram em greve como é o caso dos professores da rede municipal pela implementação do piso e em outras categorias como os rodoviários, servidores municipais, confecção feminina etc.

Denúncia

Os militantes do Partido Operário Revolucionário/POR foram ameaçados por um dos diretores e militantes da construção civil/ PSTU no dia 28/5 no ato unificado entre os estudantes e professores em greve e que se incorporou no final a construção civil. O motivo alegado pelo dirigente foi a distribuição do boletim do POR em que ao mesmo tempo em que chamava os trabalhadores a construir a greve da categoria chamava a atenção da diretoria do sindicato por não fazer a politização da assembléia onde se via jogo de sinuca e outros bebendo. Em nenhum momento, o alerta tinha um cunho moral, vinha no sentido de politizar os trabalhadores para a luta contra os patrões e o estado burguês que vez por outra aproveitasse esses momentos para criminalizar a luta da categoria. Vimos um caso parecido na greve dos rodoviários onde a imprensa escondida mostrava alguns trabalhadores que já estavam fora do expediente em um bar e usou isso para jogar a população contra a categoria em luta. Essa política do PSTU expressa a sua adaptação às práticas burocráticas da burocracia sindical como a que vimos na CUT e Força Sindical, além de negar o direito à divergência, próprio da democracia operária.

Nesta edição:

- Osama bin Laden – executado pelos Estados Unidos
- Crimes da OTAN na Líbia – terror imperialista
- Evo e o MAS desapontam os trabalhadores e o povo
- O POR no Primeiro de Maio
- XI Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina
- A “Frente de Esquerda” não supera o democratismo

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Crime americano

Osama bin Laden – executado pelos Estados Unidos

No dia 1º de maio, um comando da Marinha e da CIA invadiu a casa, em Abbottabad, Paquistão, onde se escondia Osama bin Laden e o mataram com um tiro em um dos olhos. Barack Obama com sua cúpula governamental, reunidos na Sala da Situação da Casa Branca, assistiu em tempo real a operação. O chefe da CIA, Leon Penetta, depois de 40 minutos, emitiu a mensagem em código – “Geronimo EKIA”. Obama pronunciou a palavra final: “Pegamos ele”. O corpo de Bin Laden foi “lavado e envolvido em um lençol branco como manda a tradição”. Do porta-aviões USS Carl Vinson, o “corpo foi colocado sobre uma tábua e baixou no mar”. Conclusão: “Somente um pequeno grupo de pessoas testemunhou o desfecho”. Em síntese, esse é o relato do The New York Times, assinado por Mark Mazzetti, traduzido pelo O Estado de S.Paulo, de 4 de maio.

Nota-se em todo o texto o cuidado com as palavras e a pintura delicada do quadro de apreensão das autoridades norte-americanas, bem como a perigosa saga para os militares que cuidaram da operação. A imprensa imperialista e as suas serviçais associadas deram o tom que Obama pretendia – com a morte do terrorista criador da Al-Qaeda e responsável por quase três mil mortos no atentado de 11 de setembro de 2002, o mundo se livra de um mal e se torna mais seguro. Mas a realidade é bem outra. Osama bin Laden foi assassinado, sem possibilidade de defesa, em meio à noite, quando dormia. A sua execução configura um atentado terrorista pelo Estado norte-americano em um país alheio. Expressou a violência reacionária contra um líder árabe nacionalista que recorreu ao método terrorista de combate à opressão imperialista dos Estados Unidos e demais potências.

A história não aprovará o terror individual como programa e método para a libertação nacional e social. Mas não condenará a causa antiimperialista que impulsionou o rico Osama bin Laden a não seguir os passos de sua família negociante e a enfrentar os rigores de um combate completamente desigual à mais poderosa e carniceira potência.

Não há dúvida de que o radicalismo islâmico assimilado por Bin Laden pesou em suas decisões. Mas o fanatismo religioso tem raízes profundas nas condições materiais e históricas das nações muçulmanas. São essas raízes que explicam o radicalismo islâmico que se materializa na forma do terrorismo e não o contrário.

As nações árabes do Oriente Médio e do Norte da África foram marcadas a fogo pelo colonialismo e continuaram a sofrer com a dominação do moderno imperialismo. Desde a 1ª Guerra, novas fronteiras foram impostas pela divisão traçada pela Inglaterra, França,

Itália e Estados Unidos. Na 2ª Guerra, os palestinos foram expulsos de suas terras para darem lugar ao Estado judeu sionista, fonte de guerras e confrontos. A Arábia Saudita, terra natal de Osama bin Laden, sustenta um capitalismo atrasado, semicolonial, controlado por uma feudal-burguesia e governado por uma monarquia do petróleo. É escandaloso o saque das riquezas naturais, a vida fausta da aristocracia governante e a miséria das massas. Em certa medida, essa estrutura e relações econômicas, sociais e políticas se reproduzem no Oriente Médio e Norte da África. O fracasso do nacionalismo árabe – encarnado por uma elite militar, burguesa e pequeno-burguesa – do pós-guerra cedeu lugar a governos francamente pró-imperialistas, serviçais e entreguistas. O terrorismo de uma fração burguesa e pequeno burguesa, cuja maior expressão tem sido a Al-Qaeda, por ter alcance internacional e enfrentar os Estados Unidos, deita suas raízes nesse processo histórico.

O imperialismo alegou o terrorismo como motivo para impulsionar suas tendências expansionistas e militaristas. A tese do “eixo do mal” de George W. Bush e a estratégia de combate ao terrorismo como centro da política exterior da burguesia norte-americana evidenciou a necessidade dos Estados Unidos de intensificar a dominação imperialista. Obama anunciou uma mudança. No entanto, somente em nuances. No essencial, manteve a política dos republicanos. O reforço na ocupação do Afeganistão, o não cumprimento de retirada das tropas do Iraque, a manutenção de Guantánamo e agora o assassinato de Osama bin Laden indicam a continuidade da diretriz militar-expansionista. O cerco sobre a Líbia é mais uma confirmação.

Ocorre que republicanos e democratas estão condicionados pelas necessidades do capital financeiro e multinacional e pela gigantesca crise econômica que mantém firme sua marcha. As tendências bélicas da crise não fazem senão recrudescecer. Matar o criador da Al-Qaeda tornou-se uma contingência política da situação, mais do que militar. Os levantes das massas nos países árabes compareceram como um novo perigo ao expansionismo. Em certa medida, há o receio de que o nacionalismo e o fervor islâmico entrelaçados ganhem novas dimensões.

O imperialismo não está diante da emersão imediata do comunismo. A regressão do movimento revolucionário do proletariado foi profunda, com a estalinização do Partido Comunista Russo, a destruição da III Internacional, a liquidação dos partidos comunistas no mundo todo e com o processo de restauração capitalista. Que obstáculo, então, se levanta no caminho das potências? A rebelião das

nações oprimidas, sem que esteja sob uma direção marxista-leninista-trotskista.

O terrorismo de uma fração mulçumana constitui a expressão deformada e impotente dessa revolta instintiva dos oprimidos contra os opressores. Mas a questão não se encerra aí. A resistência guerrilheira que usa o terror está presente no Afeganistão e no Iraque. Essa via tem sido decisiva para se defender a expulsão dos invasores, para reconquistar o controle do país e impor a independência nacional. Assim que Osama bin Laden foi assassinado, Hillary Clinton acenou para os talebans que é chegada a hora de capitularem e voltarem bonzinhos a um governo compartilhado com a reação.

A situação vem se complicando para os Estados Unidos. Têm de manejar as sublevações revolucionárias nos países árabes, adaptar os

Imperialismo assassina Osama bin Laden Viva Osama bin Laden!

O presidente dos Estados Unidos declarou a morte do homem mais procurado pelos Serviços Secretos das potências e dos países serviais. Osama bin Laden, chefe supremo da Al-Qaeda, foi responsável pelo ataque ao World Trade Center, Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Com sua execução, assim, está vingada a morte de 2974 vítimas do atentado terrorista, honrada a poderosa Nação norte-americana e desfechado um duro golpe na Al-Qaeda.

Esse resultado se obteve com a invasão do Afeganistão, destruição do regime dos Talebans, constituição de um governo comprometido com o narcotráfico, matança de milhares de afegãos, organização de uma rede de centros de torturas, entre eles o de Guantánamo, e decretação de combate ao denominado “eixo do mal”, selecionado por George W. Bush, que serviu de justificativa para invadir o Iraque, destituir o governo, devastar o país, matar milhares de opositores e executar Saddam Hussein, bem como armar uma cruzada contra o Irã, a Síria e a Líbia, cujos governos destes dois últimos países capitularam.

O governo de Barack Obama pôs em festa os Estados Unidos e quer que o mesmo aconteça no mundo todo, utilizando-se da gigantesca máquina de publicidade. O assassinato de Osama Bin Laden é propagado como a libertação da humanidade do mal demoníaco. Não somente os americanos se vêm livres de uma ameaça como também todos os países que praticam a democracia e a liberdade. No auge do cinismo, Obama diz que o mundo se tornou mais seguro. E quem lhe deu essa nova condição foram os Estados Unidos com suas armas.

Mas o governo americano tomou o cuidado de alertar que o desaparecimento de Osama bin Laden não será o fim do terrorismo e da Al-Qaeda em particular. O que quer dizer que a ocupação do Afeganistão continuará. O Iraque não verá tão cedo a retirada de toda força de dominação. E a Líbia terá de se curvar perante os mísseis teleguiados. O guardião da humanidade e senhor das guerras garantiu que a segurança das multinacionais e de todo tipo de saqueadores corresponde à segurança do mundo.

O terrorismo contra os Estados Unidos e demais potências não surgiu da cabeça de um homem, alheio à história. Não, o terrorismo que sequestrou aviões e os lançou contra as Torres Gêmeas é resultado da opressão imperialista. A burguesia norte-americana se tornou a carneira do mundo, suplantando à inglesa, alemã, francesa e japonesa.

O domínio das nações semicoloniais pela economia e pelas armas provoca reações. Osama bin Laden, um homem rico e decidido ao sacrifício, constituiu um fenômeno particular do povo árabe, do capitalismo atrasado, da feudal-burguesia, da história de opressão co-

governos títeres a novas situações, manter as ocupações e se preparar para novas. Não se pode abstrair esse quadro negativo para as potências, ou seja, para o capitalismo em decomposição. Nessas condições, o governo Obama avaliou que o melhor era matar Osama bin Laden e desaparecer com seu corpo, jogando-o ao mar.

É fundamental para os marxistas denunciarem até às últimas consequências o assassinato do chefe da Al-Qaeda e se contraporem à versão falsificada pela Casa Branca e espalhada pelos jornalistas em todo o globo. Está aí por que o Partido Operário Revolucionário, aqui no Brasil, levantou a voz para dizer: o imperialismo assassinou Osama bin Laden, **VIVA OSAMA BIN LADEN!**

Abaixo reproduzimos a declaração do POR, escrito no dia seguinte à execução de Osama bin Laden:

lonialista e do nacionalismo. O uso do terrorismo para se combater a opressão nacional não é novo. A senda do colonialismo inglês, francês e italiano na Ásia e África ficou cravada pelas lutas nacionais em que a resistência recorreu ao terrorismo. Uma forma dos mais fracos, dominados e pisoteados reagirem contra os opressores.

Não por acaso, Osama bin Laden começou sua vida política lutando contra a invasão da ex-União Soviética ao Afeganistão, invasão que expressou o estertor da burocracia estalinista. Os Estados Unidos armaram a resistência afegã. O Sr. Laden combateu as tropas russas em aliança com o imperialismo americano. A sua escola foi a guerrilha afegã. Somente depois se tornou adversário da maior potência e recorreu à resistência pelo terrorismo.

O jovem proveniente de uma das famílias mais abastadas da Arábia Saudita decidiu usar seus recursos para uma causa nacionalista, revestida de religiosidade islâmica. Foi expulso pela monarquia pró-imperialista e sanguinária justamente por não aceitar a vassalagem de seu país. Daí em diante viveu sob perseguição dos Estados Unidos. Osama bin Laden foi gestado no nacionalismo árabe radical, nacionalismo abandonado pelos governos, uns após outros. Governos monárquicos e ditatoriais que se mostraram incapazes de empunhar a bandeira da autodeterminação e da independência nacional. Governos que entregaram as riquezas naturais às potências, bloquearam o desenvolvimento econômico e sacrificaram a maioria explorada. Osama bin Laden e a Al-Qaeda não seriam possíveis sem que fosse essa realidade e sem que as massas árabes não odiassem os Estados Unidos. Enquanto perdurar o nacionalismo em uma parcela da burguesia, da pequena burguesia e das massas oprimidas nesses países vergastados pelo colonialismo e pelo moderno imperialismo, o terrorismo será um método de resistência.

Não temos dúvida de que a classe operária internacional e a sua expressão incipiente nos países árabes é o futuro das transformações. Não por acaso as massas se levantam no Norte da África e no Oriente Médio. Não se explica o terrorismo apenas pelas razões apontadas. A liquidação da III Internacional por Josef Stálin e a posterior destruição de conquistas revolucionárias na ex-União Soviética, China, Hungria, Cuba, Vietnã, etc. permitiram que o imperialismo reconquistasse espaços e se lançasse com maior amplitude sobre as semicolônias, sem que o proletariado mundial pudesse combatê-lo com seus métodos próprios de ação de massa e com a tática da frente única antiimperialista. O terrorismo da Al-Qaeda nunca constituiu perigo para o capitalismo e, portanto, para a dominação imperialista. Apenas o denuncia e põe às claras a sua brutal opressão. A classe operária organizada em seus partidos revolucionários marxista-

leninista-trotskistas, pelo contrário, constitui a única força histórica que eliminará toda forma de dominação e de opressão.

O marxismo não tem em seus métodos de ação o terrorismo individual, mas sabe diferenciar perfeitamente a violência do opressor e do oprimido; a dominação imperialista dos povos e a reação do nacionalismo burguês e pequeno burguês. O imperialismo - perfeitamente o sabemos - não será derrotado pelos métodos da Al-Qaeda. Não há dúvida de que o terrorismo expressa a decomposição do capitalismo e a ferocidade de sua forma imperialista. O assassinato do Sr. Osama bin Laden é a mostra mais cristalina da barbárie burguesa. Expõe sem as máscaras da democracia e da liberdade capitalistas o perigo que corre a humanidade sob a guarda dos Estados Unidos.

Osama bin Laden, assassinado pelos Estados Unidos! Viva Osama bin Laden!

Fim de todas as ocupações militares pelas potências! Fora os Estados Unidos do Afeganistão e do Iraque! Fora a ONU imperialista do Haiti e da Costa do Marfim!

Fim imediato dos ataques da coalizão imperialista à Líbia! Pela autodeterminação dos povos!

Viva a luta antiimperialista dos povos oprimidos!

Acabemos com o capitalismo que assim se extinguirá toda forma de violência do homem sobre o homem!

Construamos o Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional!

2 de maio de 2011

Breve comentário crítico sobre a nota do PSTU

A redação do jornal Opinião Socialista publicou uma nota assim que o governo norte-americano informou a morte de Osama bin Laden, cujo título é “Assassinato de Bin Laden não vai impedir massacres do imperialismo”, assinado por Jefferson Choma.

Diz: “Os atentados do dia 11 de setembro mudaram a situação política internacional, pois fortaleceram um então enfraquecido governo Bush, servindo como pretexto necessário para implementar seus planos de invasão do Afeganistão e do Iraque, além de lhe proporcionar amplo apoio popular.” (...) “As ações terroristas da Al Qaeda não têm como objetivo organizar as massas, tampouco têm algum respeito com a vida de inocentes. Seus atentados estão direcionados a causar o máximo possível de baixas civis, para que o choque e a dor provocados por suas ações sejam as maiores possíveis.” “Dez anos depois ficou óbvio que os atentados terroristas mudaram a conjuntura internacional e serviram para reforçar as posições dos exploradores e dos opressores, ao invés de enfraquecê-los e derrotá-los, ao mesmo tempo em que dividem a classe trabalhadora, ao invés de uní-la através da solidariedade internacional.”

Depois de condenar o terrorismo, chega à condenação do assassinato: “Por outro lado, a condenação aos métodos do terrorismo individual não significam que estejamos ao lado do imperialismo em sua cruzada contra o terrorismo. O principal responsável pelos atos terroristas é próprio do imperialismo, com toda a barbárie e a violência que espalha pelo mundo.” E conclui: “Não há motivo para festejar o assassinato de Bin Laden. O terror continuará sendo disseminado pelo mundo através das baionetas do imperialismo.”

Por que nos demos o trabalho de comentar a nota, se afinal condena o assassinato de Bin Laden? Sem dúvida, toda esquerda o rejeitará. Felizmente, está sendo assim. Mas a condenação não significa que estejamos todos sobre a mesma compreensão e o mesmo conteúdo. O leitor poderá comprová-lo lendo a nota do POR publicada em seguida

Sequestro do corpo de Osama bin Laden

A história que os militares levaram o morto para um porta-aviões e realizaram um funeral de acordo com os preceitos islâmicos é uma farsa montada para desaparecer com o corpo. Para milhões de muçumanos, Osama bin Laden é um mártir. É claro que o governo norte-americano sabe que ninguém acreditará nas suas bondades religiosas. Assim, seus porta-vozes bem pagos foram encarregados de fazerem a interpretação de que o desaparecimento do corpo foi uma medida para que não tivesse um túmulo e que esse servisse de romaria. Em seguida, Obama decidiu que as fotos de Osama não seriam publicadas, como medida de proteção à segurança dos Estados Unidos. Estão autorizados apenas os relatos sobre os funerais. A última imagem pretendida é a de que os Estados Unidos e o governo Obama foram respeitosos com os restos mortais de Osama, ao contrário do que se passou com as vítimas de 11 de setembro. Outra versão para a liturgia do funeral visa a mostrar que o imperialismo carniceiro não tem nada contra os muçumanos e sua religião islâmica. Os assassinatos de Osama se deram o cuidado de entregarem seus restos mortais a Alá. Esse foi o infame desfecho da execução do líder da Al-Qaeda. As mãos de sangue do algoz embrulharam o corpo de Osama em um lençol branco. Não o jogaram ao mar, mas “colocado sobre uma tábua baixou no mar”, nos dizeres dos jornalistas encarregados de pincelar uma aquarela do fim do terrorista.

à notícia da execução de Osama bin Laden e compará-la com a do PSTU e demais correntes.

O redator do Opinião Socialista não iniciou condenando o assassinato, mas sim condenando Bin Laden, por ser terrorista, enfim condenando o método terrorista. Mas não estamos diante de um ato de terror da Al-Qaeda, como estivemos em 11 de setembro de 2001, e sim diante do terror imperialista. Era preciso começar atacando o imperialismo e demonstrando por que os Estados Unidos recorreram ao assassinato.

Pode-se argumentar que se trata apenas de forma: tanto se pode começar condenando o terrorismo e chegar ao imperialismo, como vice-versa. Não é, porém, indiferente a forma, uma vez que condiciona o conteúdo e o resultado da posição política.

Começamos pelo título. A razão de condenar o assassinato é ilógica. Os massacres do imperialismo não dependiam da existência de Bin Laden e do terrorismo. Condenar o assassinato com o argumento de que “não vai impedir massacres do imperialismo”, é um absurdo nos próprios termos. Condenamos a execução porque expressa a dominação e a opressão imperialista. Partindo dessa posição, não começamos condenando Bin Laden terrorista. E nem nos valemos de argumentos que colocam o terrorismo como responsável pela mudança na conjuntura mundial. E nem deixamos de diferenciar o terrorismo nacionalista em confronto com as potências com o terror do Estado burguês. Não se pode condená-los por igual.

Em especial, a frase as “ações terroristas da Al Qaeda não têm como objetivo organizar as massas, tampouco tem algum respeito com a vida de inocentes” indica a superficialidade e deformação na compreensão do fenômeno, bem como expressa pressões burguesas e pequeno-burguesas de condenação ao terrorismo. É completamente impecado estabelecer o vínculo da crítica marxista de que o terrorismo “não tem como objetivo organizar as massas” com a noção de

“respeito com a vida de inocentes”. Um dos argumentos da burguesia é que o terrorismo constitui uma ação radical que não distingue o militar do civil e que assim tira a vida de inocentes. Não acreditamos que o PSTU encontrará no marxismo-leninismo-trotskismo a condenação do terrorismo porque “não tem respeito com a vida de inocentes”. A citação de Trotsky, na nota, define claramente a oposição do marxismo diante do terror individual. O acréscimo sobre a “vida de inocentes” nada tem a ver com o marxismo que compreende a violência como reflexo da opressão de classe e da opressão nacional. O condimento acrescentado pelo PSTU é estranho à doutrina da luta de classes do marxismo.

Crimes da OTAN na Líbia – terror imperialista

Os Estados Unidos preferiram ficar por trás da Organização do Atlântico Norte (OTAN) no cerco militar da Líbia. Começaram os ataques juntamente com a Inglaterra e França, sob o pretexto de defenderem civis ameaçados de morte pelas forças do ditador Muamar Kadafi, que contra-atacou os rebeldes de Benghazi. Logo nos primeiros bombardeios com mísseis a sacrossanta aliança imperialista matou dezenas de civis em Trípoli.

No dia 30 de abril, os ataques objetivaram matar Kadafi e sua família. Saif al-Arab estava em sua residência quando os mísseis lançados por aviões não-tripulados, da Força Aérea norte-americana, a destruiu. A operação sob o comando da OTAN matou o filho de Muamar Kadafi e três de seus netos. O objetivo era o de liquidar Kadafi e todos que com ele estivessem. Tratou-se de um ato planejado de assassinio.

Está correta a denúncia do porta-voz do governo líbio, Musa Ibrahim, de que o ataque constituiu um “crime de guerra”. Eis a declaração: “O senhor al-Arab era um civil, um estudante. Ele estava brincando e conversando com seu pai, sua mãe e sobrinhos quando foi assassinado por um crime que nunca cometeu”.

Ocorre que para o imperialismo não há imputação de “crime de guerra”. Está livre para matar. O imperialismo atua por cima dos tratados instituídos por ele mesmo. As normas cabem tão-somente para os frágeis inimigos. Os seus argumentos e justificativas servem de lei. Não há problema algum em violar a soberania da Líbia. Suas forças militares o fazem para defender uma parte do país contra outra em nome da defesa de vidas humanas.

Não há uma viva-alma no universo com um mínimo de informação que não saiba que se trata de um alibi. É mais do que visível que interessa às potências o petróleo líbio e sobretudo o controle de uma situação revolucionária que eclodiu a despeito da burguesia mundial.

Os promotores do Tribunal Penal Internacional (TPI) estão ali para mover ação contra crimes de guerra a um Milosevic, Babic, Martić ou a um Kadafi, caso saia vivo do cerco da Otan. O TPI não alcança a um Netanyahu, que se livrou facilmente do genocídios de palestinos,

Bolívia

Evo e o MAS desapontam os trabalhadores e o povo

Guido

A história mudou a partir de janeiro de 2006 a abril de 2011. Durante esse tempo, os trabalhadores e o povo viveram uma experiência amarga. A ilusão de dias melhores caíram por terra abaixo.

Cinco anos atrás, os setores populares que apoiaram militantemente a política do MAS agora renegam-no, porque ele defende as multinacionais e grandes empresários nacionais.

Nestes cinco anos, a economia plural de Evo Morales fracassou no

A resposta ao assassinato é bastarda: “Não há motivo para festejar o assassinato de Bin Laden”. Procura responder à opinião pública da classe média. O que caberia era acusar o imperialismo e seus porta-vozes de comemorarem a morte do tão procurado inimigo número 1 e usarem mentiras para arrastar as massas para sua festa macabra. Mas fundamentalmente condenar o assassinato e tomar o acontecimento para expor o programa do proletariado antiimperialista e anticapitalista.

O POR encabeçou sua declaração com a condenação do assassinato e com a posição de luta contra a opressão imperialista. Eis nossa formulação: “Imperialismo assassina Osama bin Laden. Viva Bin Laden!”

apoiado pelos Estados Unidos. Que dirá um Bush e agora um Obama, responsáveis por uma montanha de mortos em países alheios, produzida pelas forças estrangeiras de ocupação?

O apelo de Musa Ibrahim – “Pedimos ao mundo que veja isso com cuidado, pois o que temos agora é a lei da selva” – deve ter sido motivo de riso aos comandantes da Otan. Kadafi havia prometido armar um milhão de líbios para combater a invasão imperialista. Nada fez. Ou nada pôde fazer. O ditador não deve contar com apoio da maioria e certamente teme entregar armas às massas para o combate antiimperialista. Esse é o impasse, cujo desfecho pode ser sua morte, como acaba de ser a de Osama bin Laden e foi a de Saddam Hussein.

Obama afirma que não tem por meta arrancar Kadafi do poder matando-o. Esse anúncio equivale a uma declaração de morte. Escapou por um triz do bombardeio à casa de seu sexto filho. Pagou como tributo a perda do filho e de três netos. Sem que o povo líbio se levante contra o imperialismo, não somente haverá a derrocada de Kadafi como também a implantação de um governo títere e a liquidação do levante revolucionário.

Essa é a maior tragédia da Líbia. Está aí por que o marxismo-leninismo-trotskismo defende que a tarefa é constituir uma frente única antiimperialista. Caso não seja possível e tudo indica que não será, as potências triunfarão para a desgraça do movimento revolucionário das massas árabes e para o desenvolvimento da luta mundial dos explorados.

A classe operária internacional e os explorados devem denunciar as mortes como assassinatos planejados pelos Estados Unidos e seus comparsas da Otan. Deve qualificá-lo como atentado terrorista a um chefe de Estado e à sua família. Cabe à vanguarda mundial promover uma grande campanha pelo fim dos ataques à Líbia e pela autodeterminação dos povos.

O Partido Operário Revolucionário acusa os Estados Unidos, seus aliados e a Otan de ataque terrorista ao governo de Muamar Kadafi e à sua família.

Fora o imperialismo da Líbia!

Pela autodeterminação das nações oprimidas!

lares, devido principalmente aos altos preços internacionais das commodities e não ao crescimento e industrialização da produção.

A corrupção afogou os principais projetos de Evo Morales e Álvaro García. Tal é o caso da “nacionalização dos combustíveis”, negócio que está nas mãos das companhias petrolíferas.

As companhias de petróleo, “sócias” do MAS, não investiram na exploração de novos campos de gás e petróleo. Só se dedicam à extração, comprometendo seriamente as reservas de gás.

Enquanto isso, as importações de GLP triplicaram. O diário La Razón informa que o estado paga 408 milhões de dólares para comprar gás liquefeito da Argentina e do Peru.

Além disso, as multinacionais ganham bem nas minas da Bolívia. Entre janeiro e novembro de 2010 ganharam 2,116 bilhões de dólares e pagaram somente 106 milhões de dólares de impostos.

Tal saque ocorre com a cumplicidade do governo “socialista” do MAS. Os protestos de Abril exigiram a nacionalização das empresas de mineração privadas.

O governo disse que sim, mas logo retrucou, dizendo que os trabalhadores das minas se opõem à medida. José Pimentel, Ministro de Minas, falou que a nacionalização foi descartada.

Anunciou que as empresas mineradoras estão se tornando sócias do Estado Plurinacional, mas não mencionou se ele iria aumentar os royalties e impostos miseráveis pagos ao Estado.

Por causa da corrupção também fracassou a reconversão industrial. Seu objetivo: instalar uma indústria moderna de vestuário para impedir a importação de roupas usadas.

Bolívia

O POR no Primeiro de Maio

No dia do trabalhador, explorados desmascaram o impostor Evo Morales

Este 1º de maio ocorre em meio a uma obstinada, abnegada e decidida luta contra o governo do MAS. Levantando nossas próprias bandeiras, tais como salário de acordo com a cesta básica familiar, temos demonstrado que o desclassificado Evo Morales e o MAS continuam a política dos governos burgueses anteriores, que consiste em enriquecer as multinacionais e matar de fome os trabalhadores. Sua condição de indígena e camponês, o seu “processo de mudança” demagógica e sua falsa postura anti-imperialista já não enganam ninguém, a farsa ruiu. A única coisa que o governo consegue fazer é mostrar unhas e dentes ameaçadores e ficar com a boca espumando ao rebater o trotskismo, por ser o POR politicamente mais esclarecido.

As organizações de base dos trabalhadores, reconhecendo a supremacia do proletariado e sob a direção do POR, consumarão o verdadeiro governo operário e camponês. Que, como seu primeiro passo, estatizará os meios de produção, uma tarefa essencial para a destruição da propriedade privada burguesa. Será uma verdadeira expropriação sem pagamento de indenização, que nos permitirá utilizar os recursos sociais para a nova sociedade, eliminando o obstáculo do lucro dos proprietários.



Ao final esse negócio foi expandido, da mesma forma aumentou-se o emprego informal até saturar o mercado e agravar a miséria da maioria dos bolivianos.

A teoria da economia plural (comunal, estatal e capitalista) fracassou na prática, o “socialismo” do MAS é capitalismo idêntico ao do modelo neoliberal.

O POR reitera que a Bolívia só alcançará seu desenvolvimento econômico e produtivo, com a propriedade social dos grandes meios de produção, através da economia planificada, expulsando as transnacionais e acabando com a burguesia nativa.

A recuperação econômica, outra demagogia

Após cinco anos de governo do MAS, Evo Morales, Álvaro García, ministros, empresários e analistas discursam agora sobre a recuperação econômica, mas ninguém sabe como vão conseguir isso.

A classe dominante não conseguiu industrializar o país. Não o pôde com o liberalismo, nem com o capitalismo de Estado, nem com o neoliberalismo do MNR e agora tampouco com o indigenismo.

Todas essas versões políticas capitalistas fracassaram. O que as impede é o imperialismo que com suas multinacionais pilha nossos recursos naturais e explora a força de trabalho.

A recuperação econômica só será atingida com o povo no poder, sob a direção proletária com a estatização das minas, indústrias, bancos e latifúndios através de uma economia planificada.

(Extraído do Jornal “Masas” boliviano nº 2215 de 06/05/2011)

Estamos falando da propriedade burguesa (refinarias de petróleo, mineração, bancos, comércio, transporte, etc.) que foi penetrada pelo capital financeiro e não qualquer outra. A propriedade individual dos objetos de uso estará à parte desse processo, também a pequena propriedade dos artesãos e camponeses. A pequena parcela de terra será orientada para a fazenda coletiva e os pequenos produtores para produção em grande escala, a grande indústria.

Pela primeira vez, será possível consultar e orientar o desenvolvimento econômico e a industrialização a um plano preconcebido, de acordo com as necessidades e prioridades da sociedade, com a participação direta das organizações de massas.

Este processo é completamente diferente da estatização ou nacionalização burguesas executadas pelo MNR (1952) e o mais timidamente pelo MAS. Que é feita com pagamento de indenizações e às costas da classe trabalhadora, como uma medida desesperada para pôr a salvo o regime social baseado na propriedade privada. Saiu em auxílio de empresários quebrados ou para legitimar a presença das multinacionais consideradas sociais na produção.

O COB é uma organização de massa formada sob o domínio e direção da classe operária. Esta tradição foi o ponto

culminante de um longo processo de reorganização do movimento operário boliviano, que no passado era artesanal em estrutura e ideologia. Nesse sentido, a COB adquire uma importância política fundamental, pois supera as limitações dos sindicatos reduzidos a um setor e incapaz de discernir a estratégia do proletariado. A burocracia sindical esforça-se para inviabilizar esse importantíssimo avanço. Em contraposição a essa conduta pró-governo e pró-capitalista,, os setores em luta realizam pactos intersindicais exigindo que o COB recupere a sua verdadeira natureza e se lance seriamente a arrancar dos patrões um salário que cubra o orçamento familiar, empregos, toda a terra aos camponeses, etc

(Comitê Regional do POR de La Paz)

Viva o 1º de maio revolucionário

O Partido Operário Revolucionário saúda com o punho esquerdo erguido a todos os trabalhadores deste país e do mundo, que lutam contra a exploração capitalista a qual nos sub-

metem os governos burgueses, fantoches do imperialismo.

Este dia se consagra como um dia de reivindicação e rearme ideológico na árdua batalha que empreendemos para instaurar o Governo Operário e Camponês.

Sirva esta oportunidade para que a classe operária do mundo saiba que o POR boliviano, (membro do Comitê de Enlace para a Reconstrução da Quarta Internacional), não dará trégua à burguesia vendida nem a seu governo impostor do MAS.

Convocamos os revolucionários de todo o mundo a unificar forças para consumir a revolução socialista sob as bandeiras de Marx, Lênin, Trotsky e todos os mortos na luta de classe. Revolucionários sobre cujas personalidades se edifica a força teórica e moral da qual nos nutrimos para continuar a luta até alcançarmos uma nova sociedade sem explorados nem exploradores.

(“La Chispa” Nº.10. Comitê Regional do POR-Sucre)

(extraído do Jornal Masas boliviano nº 2215 de 06/05/2011)

Argentina

XI Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Nos dias 22 e 23 de abril, em Neuquén, Argentina, se realizou o XI Congresso do POR. O IX Congresso ocorrido em Buenos Aires tomou a decisão de rever o Programa. O X permitiu uma discussão crítica e autocrítica sobre o percurso das posições político-programáticas do partido. E o XI contou com uma avançada revisão do programa.

Esse processo mostra que os fundamentos programáticos não se obtêm por meio do cérebro e da vontade deste ou daquele dirigente. É obra coletiva dos revolucionários, mergulhados na luta de classes, atentos às transformações do país, voltados em conhecer sua história, presos à evolução da classe operária, atentos em assimilar as experiências internacionais do proletariado e concentrados no estudo militante do marxismo.

A tarefa de pôr em pé o partido marxista é uma obra histórica. Inevitavelmente, começa como embrião. Essa compreensão é fundamental, uma vez que o germe do partido é o programa. Não se desenvolverá como revolucionário se não for gestado na luta de classes como programa e se transformar em força social no seio do proletariado. A noção de grandeza não esclarece o fenômeno histórico do partido. Quando dizemos “ainda somos pequenos”, queremos dizer que as tarefas são gigantescas e podem nos esmagar. Quando dizemos “somos o embrião do partido”, indicamos que lutamos por nos transformar em programa da revolução proletária.

Certamente, não se pode definir com precisão as etapas de desenvolvimento do partido, mas não se pode desconhecê-las. Se não é possível divisá-las antecipadamente, podemos identificá-las no processo de construção do partido. Em que momento nos encontramos na formação partidária? Essa pergunta se faz necessária a cada congresso, mas se impõe com maior necessidade nos estágios de desenvolvimento embrionário. Sem que se responda a essa exigência, o risco do embrião revolucionário incrustar ou se desintegrar é maior do que se a cumprirmos.

A primeira etapa do partido é constituir o programa na luta

de classes e dirigi-lo a se desenvolver no seio do proletariado. Temos a certeza de que o POR argentino – e também o do Brasil – se encontra nessa situação. A importância dos três últimos congressos se manifestou justamente na consciência coletiva de que não se tinha um programa. O seu esboço foi importante, mas não correspondia à unidade programática das leis históricas do capitalismo, do conhecimento da Argentina, da sua caracterização, das classes sociais, da estratégia, da tática, da forma de governo, das tarefas, das reivindicações transitórias e do internacionalismo. O XI Congresso tomou em suas mãos a empreitada do programa.

Não pretendemos fazer uma comparação entre o desenvolvimento do POR embrionário da Argentina com o do Brasil. Apenas uma referência nos parece esclarecedora. As duas organizações nasceram na mesma época, vieram de troncos comuns, ligaram-se ao POR boliviano por meio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional e enfrentaram os mesmos problemas de origem. Acreditamos que os camaradas argentinos estiveram em melhor situação que a nossa, considerando que tinham quadros politicamente mais bem formados. O POR argentino poderia, portanto, estar muito mais avançado que nós. Ocorre que foi despedaçado por crises internas, que levaram a uma cisão da frágil organização. A fração liquidacionista se potenciou armando uma oposição sem princípio e aventureira ao POR boliviano. Tornou-se uma trava no Comitê de Enlace e golpeou no nascedouro a unidade organizativa do POR argentino.

Por que prosperou essa variante liquidadora? Em nosso entendimento, porque o Comitê Construtor do POR não alcançou estabelecer uma base programática, fruto da aplicação do Programa de Transição da IV Internacional. Guillermo Lora insistia pacientemente na necessidade de nossas seções trabalharem coletivamente com o POR boliviano e dele assimilar criticamente as experiências. Não faltaram situações para Guillermo nos mostrar que a tarefa de armar o partido com o programa cabia a cada

seção. O POR tinha a contribuir com sua experiência e com o acúmulo de elaboração marxista, que por sua vez se assentava na experiência mundial do proletariado.

Houve um rechaço a essa tarefa, tão essencial para a embrionária organização, que havia surgido de uma ruptura com o Partido Obrero (PO), sem contudo ter realizado uma crítica programática ao revisionismo do trotskismo. É, sem dúvida, essencial também para nós do Brasil, que nascemos em piores condições que os camaradas argentinos, uma vez que surgimos da dispersão e não de uma ruptura organizada da Causa Operária, regido por PO.

De maneira que o POR argentino debilitado pela crise herdou uma política em parte estranha ao marxismo-leninismo-trotskismo. Não poderia se levantar sem que se livrasse desse fardo. Durante alguns anos, os camaradas que conservaram as posições antiliquidacionistas praticamente se limitaram a formular a linha no jornal Masas e deixaram de convocar o congresso. Foi um erro que atrasou as formulações programáticas e a compreensão coletiva do processo de formação do POR.

O XI, com o documento “Que é a Argentina”, pôs-se a saldar uma dívida com o passado e estabeleceu um novo marco para a elaboração do programa da revolução proletária na Argentina, como parte da revolução mundial. Destacamos aqui os pontos fundamentais.

Começa caracterizando a Argentina como um país de capitalismo atrasado, marcado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, portanto, um país semicolonial. Afasta, assim, o brutal erro de considerar a Argentina como capitalismo desenvolvido, distinto das demais nações na América Latina semicolonial. Identifica as tarefas democráticas agrárias e nacionais a serem resolvidas pelo proletariado. Embora a Argentina não tenha percorrido o mesmo caminho dos países latinoamericanos na formação de um amplo campesinato, não deixa de tê-lo em suas particularidades. O mesmo é analisado quanto ao que se conservou dos povos indígenas.

A exposição da estrutura agrária entrelaçada com a estrutura industrial, marcada pelo domínio das multinacionais, dá consistência programática ao documento. Extrai-se a tarefa de expropriação dos latifundiários e a estatização da terra. Para isso, a classe operária da cidade e do campo terá de aglutinar a maioria oprimida contra a burguesia argentina e o imperialismo. A estratégia da revolução é a ditadura do proletariado. A forma do governo que corresponde é do governo operário e camponês. O documento se esmera em ter clareza absoluta nesses fundamentos, sem os quais não se pode colocar a tarefa de expropriação geral da classe capitalista e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Toma, não obstante, o cuidado de conhecer as particularidades do desenvolvimento semicolonial da Argentina, cujas diferenças com outros países agrários não devem ser apagadas ou tomadas mecanicamente.

O Congresso debateu parte por parte do “Que é a Argentina” e reconheceu que há aspectos que devem ser melhor estudados e compreendidos, principalmente aqueles que expressam a manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, que implica coexistência de modos de produção capitalista e pré-capitalista, formas mais avançadas convivendo com formas mais atrasadas de produção capitalista. O zelo em não se apressar em caracterizações e formulações artificiais está presente no docu-

mento e esteve nas vivas discussões do Congresso.

Pudemos verificar o esforço do POR em aplicar o Programa de Transição da IV Internacional na realidade do país. Identificamos no documento o método, as tarefas revolucionárias e as bandeiras que conservam a atualidade e correspondem às leis da revolução proletária e às particularidades econômicas, sociais e políticas da Argentina. O POR conta com poucos militantes do Comitê Construtor que viveu a crise partidária, a maioria é de jovens que ingressaram em suas fileiras vendo nos poristas dedicação à causa dos explorados e reconhecendo uma política distinta dos vários revisionismos do marxismo-leninismo-trotskismo. O quadro originário do partido lhes deve um balanço crítico e autocrítico do passado. Ou melhor, deve ao partido que renasce no IX Congresso de 2009. Sem dúvida, fortalecerá o POR, que para avançar tem de se confrontar com o revisionismo. Não se trata de escolha.

Coincidentemente, poucos dias de realização do Congresso foi constituída a Frente de Esquerda eleitoral entre PO e PTS. Entrou, portanto, no seu temário. A discussão ocorreu sobre a base da posição do Masas, No.247, de 20 de abril, intitulada “A Frente de Esquerda não supera o democratismo”. O Congresso o aprovou como documento e agregou-lhe uma resolução em que se posiciona pelo voto nulo programático. Editamos nesse número de nosso jornal Massas, Nº 411. Cabe-nos apenas expressar o teor geral da discussão.

O Congresso enfatizou três aspectos: 1. Que o programa negociado entre PO e PTS é oportunista. Apóia-se em reivindicações do proletariado e dá-lhe um conteúdo político eleitoral; 2. Que as duas organizações que se reivindicam da IV Internacional estabeleceram uma aliança sob pressão do Estado burguês (lei proscritiva) e não por necessidade de lutar nas eleições por uma posição revolucionária do proletariado; 3. PO e PTS proscreveram outras correntes que se reivindicam da classe operária, do marxismo e que não foram manchadas pelo estalinismo. Entre os proscritos, encontra-se o POR, cuja política marxista-leninista-trotskista é conhecida por ambas as organizações. Assim, tornaram a Frente de Esquerda um curral sectário.

O Congresso dedicou um tempo a repisar que existem ilusões democráticas entre as massas e que é necessário utilizar as eleições como tribuna de luta contra a burguesia e pela defesa do programa da revolução e ditadura proletárias. A Frente de Esquerda não cumprirá esse objetivo e não contará com o apoio de um amplo setor do proletariado. Essas são razões suficientes para o POR não apoiar eleitoralmente a Frente de Esquerda e decidir pelo Voto Nulo Programático.

O Congresso também dedicou um bom tempo para o tema da situação mundial e nacional. Os levantes no Norte da África e no Oriente Médio foram analisados na situação de crise mundial, de decomposição do capitalismo e das contradições vividas pelo imperialismo. O Congresso mencionou as posições desenvolvidas pelo POR no Brasil e as considerou corretas. Quanto à resolução nacional, foi aprovada com mudanças pontuais e de precisão. No Brasil, publicamos uma síntese de cada capítulo no Massas número 409.

O XI Congresso do POR expressou a fortificação dos trotskistas na Argentina e assim fortifica o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Viva o XI Congresso do POR argentino! Toda força à reconstrução da IV Internacional!

A “Frente de Esquerda” não supera o democratismo

Nesses dias se conheceu a declaração da Frente de Esquerda que se formou para intervir nas próximas eleições.

A Frente é filha da proscrição política executada desde o governo kirchnerista, que acrescentou limitações para a intervenção de partidos que não atingiam determinada quantidade de votos, exigindo além de outras condições.

“A necessidade de fazer frente às normas prosritivas das internas abertas tem sido um fato importante na formação da frente. Esse fato destaca os aspectos oportunistas da Frente de Esquerda, ou seja a unidade por conveniência” (Altamira- Prensa Obrera).

“Sem dúvida, a constituição da frente unida da esquerda esteve determinada por uma necessidade diante da reforma eleitoral prosritiva do regime” (Romano – La Verdad Obrera)

Organizações que se reivindicam abusivamente do trotskismo formam uma frente política que renuncia à independência política da classe operária.

Por que dizemos isso? Sendo que o programa levanta consignas que são inegavelmente de cunho operário, como as corretas consignas que devem presidir sempre a luta pelo salário e pelo fim do desemprego. E, muito especialmente, a nacionalização, sem indenização, dos bancos, do petróleo, etc.

Dizemos porque omite assinalar o mais importante: que esse programa não resolve nas eleições ou no congresso, que não é por meio do voto ou do debate político que se poderão impor essas consignas. Justamente, isso deve ser a primeira coisa a dizer para intervir nas eleições para que não alimente a mínima ilusão nas instituições da burguesia. A propaganda eleitoral deve servir essencialmente para dizer que as eleições não são a via, não são o método para impô-las.

Lembramos que a pequena burguesia radicalizada e setores da burocracia sindical, nos anos 60 e 70, também levantaram consignas anticapitalistas e antiimperialistas e nem por isso contribuíram para a independência política da classe operária, mas pelo contrário.

É imprescindível dizer que os métodos para impor as reivindicações é a ação direta das massas, começando pela greve geral de todos os trabalhadores. Que os trabalhadores, os oprimidos, devem auto-organizar-se, a partir dos bairros, dos lugares de trabalho para construir uma plataforma de reivindicações que unifique todas as demandas populares, sociais, nacionais e democráticas.

Entendemos que não tem sido o conflito ou a necessidade de síntese que os levaram a não colocar essas questões essenciais. A manobra prosritiva do governo se conhece há muito tempo. Pelo contrário, vemos que se trata de uma reiteração das práticas tradicionais das correntes que integram essa Frente.

Podem corrigir esses desvios? É muito difícil. A gestação da Frente que abrilhantou esse programa que reproduzimos nessas páginas, não foi produto de meses de debate democrático, aberto e fraternal na vanguarda operária e da juventude, em plenárias e assembleias que tivessem aprovado o melhor programa e as formas de seleção dos candidatos e como desenvolver uma campanha massiva.

Continuam atuando como se nada estivesse passando no mundo. A bancarrota capitalista se estende e aprofunda, as massas se rebelam no Norte da África, no Oriente Médio, grandes

mobilizações sacodem o coração das metrópoles imperialistas, evidenciando o centro do problema, que é a ausência de direção revolucionária capaz de orientar as massas para a vitória.

As organizações que compõem a Frente demonstram não entender o que está se passando, e, por isso, continuam reproduzindo os mesmos métodos, as mesmas colocações que já fracassaram.

De maneira alguma estamos questionando que tenha de intervir nas eleições, nem que deva lutar pela legalidade das organizações que se reivindicam da classe operária. Estamos dizendo que estamos obrigados a intervir com as bandeiras da classe operária, isso porque existem fortes ilusões democráticas nas massas.

Não é admissível que organizações que até ontem se consideravam trotskistas não mencionam a estratégia do governo operário. Qual a classe que poderá levar à vitória do programa que levantam?

Não se pode falar de socialismo sem dizer que o primeiro passo para começar a construir o socialismo será acabar com a ditadura do capital, com seu Estado que não poderá ser reformado. Que o caminho é o da revolução social.

Por que não dizem? Por que não estão de acordo com essa formulação? Por que têm medo de espantar os votos e a militância das classes médias? Por que temem que algum juiz ilegalize os partidos e os candidatos?

Qual é a razão de omitir a propaganda comunista? É que a estratégia política da classe operária se concentra em sua independência política, como vamos pôr fim com a exploração do homem pelo homem sem acabar com a propriedade privada dos meios de produção, sem ter destruído a ditadura do capital?

Companheiros valiosíssimos dessas correntes são empurrados uma vez mais ao pântano do democratismo eleitoralista, queimando energias e vontades. Nem imaginar as rixas, a mesquinhez, de camarilhas disputando o protagonismo nas listas.

Altamira afirma esses fundamentos em sua imprensa: *“A experiência frentista, no passado, assinala que a formação de frentes levam, mais do que a ação comum, ao fechamento. É a expressão de uma natureza sectária que resulta de um longo processo prévio, que se torna faccional quando assume um caráter agressivo”*. Esse balanço, que descreve a atuação das correntes que não integram, antecipa seu futuro.

Quando dizemos que é imprescindível lutar pela legalização do programa, nos referimos ao programa da classe operária, o que concentra sua estratégia, suas tarefas históricas. Logicamente, a burguesia e seu Estado não aceitam mansamente tal legalidade, impõe-se mediante a luta, com a presença permanente do partido nos movimentos de massas. Se legalizarmos só o programa que a burguesia admite, estaríamos legalizando um programa burguês, um programa que no fundo não questiona o regime da burguesia e seu Estado.

Não se entende o que quer dizer *“quebrar a proscrição eleitoral”*. Será que apenas se considera que formar essa Frente é derrotar a proscrição da esquerda.

Se se levanta um programa autenticamente socialista e antiimperialista, não tem como confundir-se com os Pino Solanas e Sabatellas. Como dizemos nos balanços de Catamarca e Chubut,

pouco importa se são poucos votos, se ajudamos a visualizar uma política de classe, se propagandizarmos a política da classe operária.

Os setores progressistas que interessam são aqueles que reconhecem a classe operária como a direção imprescindível da luta pela libertação nacional e social.

O que nunca vão formular essas correntes de centroequerda são os questionamentos do regime da propriedade privada dos

meios de produção, e o eleitoralismo.

Como parte de nossa campanha eleitoral, debateremos com os companheiros da Frente de Esquerda essas questões vitais, para que não aceitem pacificamente continuar no círculo vicioso eleitoralista, Nossa posição é chamar o voto no programa da classe operária.

(Extraído do Jornal Masas, nº 247, 20 de abril de 2011, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

EUA e Brasil: entrelaçamento na economia mundial

Nos EUA, economia sob “proteção”

Na última semana de abril, o FED (banco central americano) anunciou que manterá a taxa de juros a 0,25%, como vinha ocorrendo desde dezembro de 2008. Junto à medida, foi confirmada a posição de que o crescimento em 2011 deve ultrapassar os 3% e que o banco continuará recomprando os títulos públicos até junho, por meio do pacote de mais de 600 bilhões de dólares, aprovado ainda em 2010.

Segundo o FED, a situação parece bastante favorável para a economia norte-americana. O crescimento, ainda que pequeno, mantém-se; as taxas de emprego e de crescimento de setores da indústria, como da construção civil, são positivas – ainda que abaixo do previsto. O único “fantasma” que aparece no horizonte é a perspectiva de inflação, em virtude da alta do petróleo e dos preços das commodities. Entretanto, segundo os porta-vozes do banco, mesmo a inflação age de forma “estável”.

Destacam-se dessas medidas, o forte intervencionismo do Estado norte-americano sobre a economia. O governo, aparentemente, atua sobre duas frentes. Garante segurança aos credores dos títulos públicos, ao mesmo tempo em que busca preservar o gigantesco poderio industrial do país. Aparecem “harmonicamente” medidas que atendem ao capital parasitário e ao capital “produtivo”.

Imediatamente, essa harmonia é conquistada por meio de ações que despejam riquezas acumuladas por períodos anteriores a todos os setores burgueses. Subsídios aos capitalistas da indústria por meio de juros próximos a zero e subsídios aos capitalistas da bolsa por meio da recompra de títulos estatais a valores que garantem a lucratividade.

Contudo, ainda que esses capitalistas possam aparecer como pessoas “físicas” distintas, no entrelaçamento da economia monopolista, essas figuras se misturam e atuam como uma só. A harmonia imediata é conquistada com base na desarmonia a longo prazo.

O *boom* imobiliário foi seguido de um “bolha” especulativa. Setores industriais, como da construção civil, se amalgamavam ao capital bancário/financeiro. A impossibilidade de dissociação entre os setores fundamentais da economia caracteriza a fase monopolista. Através dessa impossibilidade, verifica-se como uma crise setorial atua sobre o conjunto da economia.

Mas, se é impossível evitar as crises e seu contágio por todo corpo social, criam-se também possibilidades de intervenção, que diferenciam os países no mercado mundial. Aos mais poderosos, resta salvar o sistema da bancarrota; enquanto aos mais atrasados, sobra observá-la e seguir a ordem dos imperialistas.

A possibilidade de o Estado burguês mais poderoso do planeta agir, no entanto, não esconde também seus limites.

O crescimento que se consegue com o artificialismo da intervenção estatal sobre a economia de mercado não ocorre sob as mesmas condições de outrora. O reaquecimento da economia norte-americana se dá sobre a base de um maior desemprego (parte dos desempregados não retornará ao mercado e parte o fará sob piores condições), de maior parasitismo não somente do capital financeiro, credor dos títulos do Estado, mas dos setores considerados “produtivos” que voltam a caminhar com a bengala das ajudas governamentais.

A “vantagem” dessa “proteção” da economia é que, tendo em vista que os mecanismos de contenção da inflação são melhor manejados pelos países imperialistas (sede das transnacionais e de organismos “internacionais”), nos EUA, ela não aparece como justificativa para outros artificialismos governamentais.

Nos países imperialistas, a inflação aparece como meio de garantir um taxa de lucro acima do estabelecido pela clássica exploração do trabalho. Ela é (a não ser em momentos de insolvência do Estado e quebra da economia, como ocorreu com a Alemanha nos pós-guerras) vista como benévola para os negócios da burguesia. Por isso, para o problema da inflação, a resposta norte-americana em nada se assemelha à resposta de países atrasados, como o Brasil.

No Brasil, economia sem “proteção”

Também em fins de abril, dados da economia brasileira deixam claro o papel do governo nas contradições do sistema. Com o balanço do 1º trimestre, pode-se verificar as fragilidades econômicas do “crescimento” e como se apontam as tendências para as crises futuras no país.

O problema do crédito aparece com força nos relatórios atuais.

Sabe-se que os anos de crescimento no último decênio foram acompanhados de uma “farra” do capital financeiro. Não só porque os bancos lucraram como nunca (e os dados, por exemplo, do Bradesco, de que só nesse 1º trimestre teria abocanhado mais de R\$ 2,7 bilhões não deixam dúvida sobre isso), mas porque a excessão de crédito levou a um endividamento da população e dependência dos setores produtivos como nunca se viu na história do país.

Como já analisamos no Massas 408, correntes da economia política burguesa supõem que o aumento de demanda leva a um aumento de oferta e a uma inflação incontrolável e que o aumento de crédito desvaloriza a moeda, contribuindo também para o fenômeno inflacionário. No entanto, a inflação não é puxada fundamentalmente pelo aumento da demanda e da quantidade de dinheiro em circulação, mas pela intervenção

dos governos e dos monopólios imperialistas, os quais, artificialmente, atuam na formação do preço das mercadorias e na desvalorização da força de trabalho (redução da massa salarial).

Ainda que falsa a explicação burguesa, ela atua politicamente para justificar as medidas do governo. Durante esses anos todos, de pré-crise mundial, o governo brasileiro incentivou a entrada de capital especulativo, convertendo a dívida externa em interna e mantendo um superávit primário acima dos 3%, o que garantiu sucesso de bons lucros para os especuladores. De forma capciosa, o mesmo governo anuncia agora que pretende realizar uma “política restritiva de crédito”. Para isso, eleva as taxas de juros, corta gastos em setores de serviços públicos, altera a composição do crédito direcionado em relação ao crédito livre (o primeiro é vinculado a demandas específicas, como investimentos em setores produtivos; enquanto o segundo pode ser usado livremente pelas instituições financeiras, para empréstimos, por exemplo, à população).

O resultado dessa “nova” política é vista com descrédito até pelos economistas burgueses. O jornal “O Estado de São Paulo” divulgou os dados do BC para o 1º trimestre: tudo evidencia que houve crescimento do crédito. Para as pessoas físicas, só os empréstimos consignados aumentaram 7,9% em março. Não é de espantar que a “política restritiva de crédito” não surta efeito. Os dados relativos a março não deixam dúvida da lucratividade que os especuladores conseguem na economia brasileira: 31,3% e 45,0% foram as taxas médias de juros praticados, respectivamente, para empresas e pessoas físicas.

Em uma economia que o volume de crédito chega a quase 50% do PIB (45,4% previsto para 2011), uma política “restritiva” com base no poderio econômico do governo é pífia. Fala-se, inclusive, de uma “bolha” de crédito, isto é, um excesso de liquidez que conclui em endividamento de setores da população e da produção, os quais não podem corresponder às expectativas de pagamento aos credores.

Depois do excesso especulativo, vem o estouro – como ocorreu nos EUA. Obviamente, os analistas se negam a acreditar em um fenômeno como esse – trágico que seria para a economia do país. Entretanto, o fenômeno já se processa nos subterrâneos da política econômica adotada no Brasil. Para 2011, a previsão é de que o governo “poupe” R\$ 118 bilhões para o pagamento dos juros da dívida, no entanto, isso é apenas um pouco mais da metade dos juros primários que devem ser pagos (em torno de R\$ 230 bilhões, ou 5,6% do PIB). Isso significará mais emissão de títulos públicos e subsequente aumento da dívida. Outra medida: o governo toma emprestado a 11,75% para a compra de dólares, que rendem próximo de 0% ao ano. Como a desvalorização do dólar representa quebra de parte dos exportadores, o governo não tem outra saída senão manter a compra com base nesses juros altamente “atrativos”.

Diante disso, por qual razão o capital financeiro atuaria favoravelmente em relação a uma política restritiva de crédito se o próprio governo alimenta uma política que favorece a especulação creditícia?

O único limite para uma ampla oferta de crédito é o não pagamento – a quebra dos devedores, que interrompem o círculo especulativo. Antes da quebra, nenhum economista burguês se atreveria a chamar o momento atual como propício a “bolhas

de crédito”. Elas só assim são denominadas quando já ocorreu o “estouro”.

Dados do último trimestre evidenciam que isso pode não demorar muito: o BC informou que a inadimplência em dívidas de até 90 dias aumentaram em 1,2% (chegando a 6,5% em março). Ainda pequeno, o percentual de inadimplentes pode aumentar com o não crescimento da economia nos patamares esperados.

Do mesmo modo, dados de abril mostram uma desaceleração da produção industrial, se comparada com o mesmo período em 2010. Na escala adotada pela Confederação Nacional das Indústrias, o valor 50 representa o 0; assim, valores abaixo indicam retração e acima crescimento. Em 2010, no primeiro trimestre, a taxa estava em 62,9, enquanto agora, em 2011, se encontra em 53,3.

Em outras palavras, temos no horizonte: desaceleração da produção industrial, inadimplência de setores assalariados, cortes nos investimentos por parte do governo. Nesse quadro, o parasitismo do capital financeiro assume proporções mais destrutivas do que em momento de crescimento certo da economia.

Nessa situação também se demonstra a inviabilidade de o governo atuar sobre a economia e consequentemente sobre inflação como o faz o governo norte-americano. Postas lado a lado, as medidas mostram o raquitismo do governo semicolonial do Brasil perante a potência imperialista. A pressão sobre o governo e o BC se intensificará ainda mais nos próximos meses. A economia atrasada não apresentará mais o “crescimento sustentável” que serviu como slogan para a eleição de Dilma Rousseff.

Defender a vida das massas

Tanto nos EUA quanto no Brasil, os vaivéns da economia burguesa conduzem sempre a mais pobreza e exploração da força de trabalho. As crises econômicas apenas evidenciam as insolúveis contradições que o modo de produção capitalista cria. Os ajustes “macroestruturais” que os governos executam de tempos em tempos nada mais são do que remendos sobre uma estrutura apodrecida. Busca-se manter a lucratividade de capitalistas, enquanto a maior parte da população mundial é jogada na miséria.

As riquezas produzidas pela classe operária e demais assalariados são utilizadas para manter o parasitismo financeiro. O produto social que cabe à maior parte da humanidade reduz-se, crise após crise, consideravelmente. A recuperação norte-americana ocorre com maior pobreza de seus trabalhadores; assim como, a política do governo brasileiro não atua para conter a inflação, mas para rebaixar a massa salarial dos trabalhadores.

Contra a violência que representam esses ajustes, é preciso erguer em cada país as reivindicações elementares vinculados ao salário, ao emprego e aos direitos sociais. Apenas a mobilização da classe operária e demais oprimidos permitirá romper o círculo de especulação e caminhar para resolução das contradições capitalistas, ou seja, caminhar para a destruição do modo de produção. Apenas as economias planificadas e harmonizadas em um único sistema mundial, permitirão exterminar de vez com todas as mazelas criadas pelo capital, apenas as revoluções socialistas poderão dar um outro rumo ao desenvolvimento das forças produtivas mundiais.